

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

EMERSON DA SILVA FOLHARINI

**POR UMA ESCRITA DA HISTÓRIA “DOS DE BAIXO” EM *LATINO AMÉRICA*:
OSTRACISMO NA MEMÓRIA DISCIPLINAR E A HISTÓRIA SOCIAL DE CARLOS
MANUEL RAMA**

Porto Alegre
2023

Emerson da Silva Folharini

**POR UMA ESCRITA DA HISTÓRIA “DOS DE BAIXO” EM *LATINO AMÉRICA*:
OSTRACISMO NA MEMÓRIA DISCIPLINAR E A HISTÓRIA SOCIAL DE CARLOS
MANUEL RAMA**

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Lima de Ávilla

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio do Couto Alves

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Igor Salomão Teixeira

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Juliani Menezes dos Reis

CIP - Catalogação na Publicação

Folharini, Emerson da Silva
Por uma escrita da História "dos de baixo" em
Latino América: ostracismo na memória disciplinar e a
História Social de Carlos Manuel Rama / Emerson da
Silva Folharini. -- 2023.
86 f.
Orientador: Arthur Lima de Ávila.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Carlos Manuel Rama. 2. Anarquismo. 3.
Historiografia. 4. Uruguai. 5. América Latina. I.
Ávila, Arthur Lima de, orient. II. Título.

Emerson da Silva Folharini

POR UMA ESCRITA DA HISTÓRIA “DOS DE BAIXO” EM *LATINO AMÉRICA*:
OSTRACISMO NA MEMÓRIA DISCIPLINAR E A HISTÓRIA SOCIAL DE CARLOS
MANUEL RAMA

Dissertação de mestrado apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre.

Porto Alegre, 5 de maio de 2023

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Edson Antoni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profª. Dra. Gabriela Correa da Silva Goettems
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

AGRADECIMENTOS

Durante um bom tempo imaginei esse momento como algo de consagração e realização, em que provavelmente estaria entregando um trabalho de fôlego o qual traria uma reflexão inédita para a História da Historiografia na América Latina. As coisas não acontecem da forma como sonhamos ou desejamos, imprevistos atravessam a nossa vida e de toda a coletividade, entregar esse trabalho hoje depois de atravessar uma pandemia e inúmeros problemas de certa forma é uma grande vitória.

Isso só foi possível em função das seguintes pessoas: minha mãe Lorena, meu pai Nilson, minha irmã Julia e minha namorada Natália. Sem essas pessoas provavelmente nem estaria aqui agora, então muito além do apoio incondicional devo algo no âmbito existencial. Amo vocês.

Para além de minha família mais próxima poderia citar inúmeras professoras, amigas, colegas, etc. que em todo esse tempo nunca me abandonaram, para não ser injusto com ninguém citarei apenas as mais próximas. Maurício, Marcelo, Vicente, Danilo, João e Jailton por serem meus irmãos em luta. Fábio por ter me incentivado no início desta pesquisa durante a graduação na UFFS, Mara por ter me acolhido inicialmente e orientado boa parte desta pesquisa e Arthur por esse momento final no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Às colegas que tive durante as cadeiras do Mestrado, especialmente Bárbara, Renata, Bianca, Domingos, Kauã, Vanessa, Rafael, Greici e João Camilo.

Um agradecimento especial para Ricardo, Cássio, Miguel Angel e Paul Juan por terem trazido material bibliográfico de Carlos Rama da Alemanha, Holanda, França, Argentina e Uruguai, sem essa cooperação este trabalho não seria possível.

As compas da Federação Anarquista Gaúcha, que durante o período em que estive ligado a organização puderam me apresentar uma gama gigantesca de autores e temas, dentre eles o que virou objeto dessa pesquisa.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida sem a qual esse trabalho não seria possível.

No demais, desculpa as pessoas que estiveram diretamente envolvidas nesse processo e não foram citadas, vocês sabem da importância que tem para mim como um todo.

Por fim, só a luta muda a vida.

RESUMO

Carlos Manuel Rama foi um historiador uruguaio de robusta produção entre os anos 1940 e 1980, trabalhando nos mais diversos campos disciplinares como a História, Sociologia e a Arquitetura, tendo seu trabalho caído em um ostracismo aparente após sua morte em 1982. Partindo da sua ausência na Memória Disciplinar da historiografia uruguaia, este trabalho indagará os motivos que levaram sua trajetória a um esquecimento na História da Historiografia, assim como quais foram suas contribuições para o campo historiográfico contemporâneo. Para isso se analisará os trabalhos de Carlos Manuel Rama de História Social, Teoria da História e História da Historiografia em diálogo com seus interlocutores.

Palavras-chave: Carlos Manuel Rama; Anarquismo; Historiografia, Uruguai, América Latina.

ABSTRACT

Carlos Manuel Rama was a Uruguayan historian of robust production between the 1940s and 1980s, working in the most diverse disciplinary fields such as History, Sociology and Architecture, with his work falling into apparent ostracism after his death in 1982. In the *Disciplinary Memory of Uruguayan historiography*, the reasons that led his trajectory to oblivion in the History of Historiography will be questioned, as well as, what were his contributions to the contemporary historiographic field. For this, the works of Carlos Manuel Rama on Social History, Theory of History and History of Historiography will be analyzed in dialogue with his interlocutors.

Keywords: Carlos Manuel Rama; Anarchism; Historiography, Uruguay, Latin America.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 CARLOS MANUEL RAMA E A MEMÓRIA DISCIPLINAR.....	11
1.1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	15
1.2 UM PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO URUGUAI: CARLOS MANUEL RAMA E O SILÊNCIO DA MEMÓRIA DISCIPLINAR.....	20
1.3 CARLOS REAL DE AZÚA.....	25
1.4 SILVIA RODRÍGUEZ VILLAMIL.....	31
1.5 NELSON MARTINEZ DIAZ.....	34
2 DA HISTÓRIA OBRERA A HISTÓRIA SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA SÍNTESE ENTRE OS MEIOS ACADÊMICOS E MILITANTES.....	40
2.1 HISTORIADORES <i>AFICIONADOS</i> , SEMIPROFISSIONALISMO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA HISTÓRIA NO URUGUAI (1940-1950): OS CAMINHOS DE CARLOS RAMA PARA A PRODUÇÃO DE SUA HISTÓRIA SOCIAL	40
2.2 O IFHS (<i>INSTITUT FRANÇAIS D'HISTORIE SOCIALE</i>) E O INÍCIO DA HISTÓRIA SOCIAL EM FRANÇA.....	49
2.3 O CASO FRANCÊS E O ESPANHOL (1940-1960): A RELAÇÃO ENTRE MILITANTES E ACADÊMICOS PARA FORMAÇÃO DA HISTÓRIA SOCIAL NOS ANOS 1950 E SUAS NUANCES.....	51
2.4 CARLOS MANUEL RAMA E A HISTÓRIA SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS PARA GÊNESE DE UMA HISTÓRIA ESCRITA DESDE BAIXO NA AMÉRICA LATINA.....	60
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CAMINHOS EM ABERTO.....	69
ARQUIVOS CONSULTADOS.....	72
REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

“Por então já pertence mais a legenda que a história, mas está em tempo de recobrá-lo em todas suas dimensões como militante político, como escritor revolucionário e até como estudioso dos problemas espanhóis do século XX”

Carlos Manuel Rama, sobre Camillo Berneri, em seu texto *Camillo Berneri, intelectual anarquista* (1976)

Uma das práticas que podem ser consideradas como elemento formador — ou até mesmo, um *ethos* — na construção-de-si de um militante anarquista é a concatenação da *práxis* pedagógica de *pensamento e ação*. Essa dialética tem sua gênese no conceito de *Instrução Integral*, proposto no século XIX pelo filósofo e militante anarquista Mikhail Bakunin. De maneira sintética, o conceito compreende que a partir da educação intelectual e laboral se construirá um ser humano “completo”, o qual deve atuar dentro dos projetos de emancipação de todas as formas de dominação¹.

Pode-se compreender os pressupostos desse modelo pedagógico através das próprias palavras do anarquista russo:

A instrução deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte, deve ser integral quer dizer, deve preparar as crianças de ambos os sexos tanto para vida intelectual como a vida do trabalho, visando a que todos possam chegar a ser pessoas completas (BAKUNIN apud CASTRO, 2010, p. 10).

Como há de se constatar a *Instrução Integral* está focada em um propósito amplo, elaborar uma pedagogia universal para ajudar na constituição de corpos livres. No início do século XX o projeto das *Escolas Modernas*² — implementado em praticamente todos os cantos do mundo —, foi uma das formas de materializar essa teoria.

Preparar para a vida intelectual e para a vida do trabalho, também pode ser traduzido pelo fazer militante diário, quase como um catecismo. Para a constituição de um militante anarquista, não se pode privilegiar o campo da prática ou o campo da teoria, ou em outras palavras, não existe para a ideologia *ácrata* uma dissociação entre os dois conceitos. O fazer diário do trabalho de base é iluminado pelas reflexões de estudo dos mais variados temas,

¹ Para um debate mais amplo sobre a obra de Bakunin, cf. CORRÊA, Felipe. **Liberdade ou morte**: Teoria e prática em Mikhail Bakunin. São Paulo: Faisca, 2019.

² Para um debate sobre as Escolas Modernas, cf. FERRER Y GUARDIA, Francisco. **A Escola Moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

assim como esta mesma prática oferece o subsídio para elaboração ou reelaboração de uma teoria revolucionária.

Colocar a lume o conceito de *Instrução Integral*, traduzida para o fazer militante enquanto *pensamento e ação*, se faz necessário já que o objeto desta pesquisa foi descoberto em meio a um processo de formação militante. Foi na leitura do livreto *Pensamento e Batalha*, com textos do anarquista italiano Camillo Berneri, editado pela Federação Anarquista Gaúcha, que a figura de Carlos Manuel Rama veio ao meu conhecimento. *Camillo Berneri, intelectual anarquista*, é um dos dois textos introdutórios da obra, sendo este de autoria de Rama, publicado originalmente na revista anarquista catalã *El Viejo Topo*, no ano de 1978.

No transcorrer de poucas páginas, o historiador – até então desconhecido em meu percurso acadêmico – discorre de forma praticamente panegírica sobre a trajetória de vida deste destacado militante anarquista italiano, abordando sua “dupla” ação dentro de sindicatos, organizações anarquistas e na universidade, local de partida de sua trajetória intelectual. É evocado pelo autor a influência de avultadas figuras do socialismo italiano, como o historiador Gaetano Salvemini e os ácratas Errico Malatesta e Luigi Fabbri, essenciais para a construção da jornada percorrida por Camillo Berneri, indo da cepa universitária à morte nas ruas de Barcelona durante o trágico episódio do maio de 1937, o colocando dentro do encadeamento de fatos que caracterizariam o fim do *curto verão da anarquia*³.

Para além de um certo carácter apologético e propagandista do texto, não passou despercebido que o autor dessa pequena biografia partia de um aporte teórico enraizado na historiografia. Utilizando-se de uma metodologia proveniente do que se convencionou conceituar como *História das Ideias*, Carlos Rama destaca onde surgiram as ideias sociais do anarquista italiano, em que lugares circulou, com quais pessoas teve contato, sua formação acadêmica, o peso do meio militante, as publicações de livros, folhetos e artigos em jornais e os campos teóricos e ideológicos com quais convergiu e se distanciou.

“Essa dupla vertente é bem característica de sua personalidade, em que levado por sua atitude moral e política participa da vida pública como revolucionário e antifascista, mas ao mesmo tempo nunca deixa de ser um universitário, um intelectual humanista” (RAMA, 2015, p. 13). Sua ação ocorre na Universidade de Florença, na União Sindical Italiana, nas folhas dos jornais *Guerra di Classe* e *Revista Blanca*, nas polêmicas, como com a anarquista

³ *Curto verão da anarquia* é o nome do romance publicado por Hans Magnus Enzensberger, o qual tem como fundo a Guerra Civil Espanhola e a atuação anarquista neste conflito. Cf. ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O curto verão da anarquia**: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

espanhola Federica Montseny, na luta contra o fascismo e o franquismo. É nessa rede que Carlos Manuel Rama traça a produção intelectual de Berneri. Assim como o mundo é idealizado pela ideologia *ácrata*, Carlos Rama analisa a trajetória de Camillo Berneri sem reconhecer a existência de fronteiras, sejam elas físicas ou nos próprios campos de atuação do intelectual anarquista italiano.

Ao término da leitura, uma dúvida ficou suspensa no ar, quem é Carlos Manuel Rama? Um historiador? Um militante anarquista autodidata? Ou ainda, assim como Berneri, alguém que tenha circulado pelos dois campos, sobrepondo e interseccionando uma ação sobre a outra?

Em uma pesquisa inicial, foi constatado que havia pouquíssimos materiais disponíveis, fossem eles referentes à trajetória de Carlos Manuel Rama, ou mesmo suas obras e textos. Em meio a esta atmosfera rarefeita, de quase absoluto silêncio, as poucas informações disponíveis foram suficientes para instigar uma inquietação sobre esta quietude. Os breves aportes biográficos foram obtidos a partir do verbete *Carlos Manuel Rama*, na Wikipédia em língua espanhola; no obituário publicado pelo jornal espanhol *El País* em 1982; e em um texto biográfico publicado por Luis Casal Beck no jornal uruguaio *La Republica*.

O verbete da Wikipédia praticamente transpõe o conteúdo presente nos textos dos jornais espanhol e uruguaio, com informações básicas como local e data de nascimento e óbito, parentescos, formação, trajetória acadêmica e obras publicadas. A primeira característica que chama atenção é sua ascendência galega, filho de imigrantes que aportaram em terras uruguaias no início do século XX, período de grande entrada de pessoas provenientes da Galícia no território banhado pelo Rio da Prata⁴. Essa conexão entre “dois mundos”, assim como a identidade imigrante, atravessou praticamente toda a sua vida.

A segunda característica que chama atenção, e que normalmente é o ponto mais sublinhado acerca de Carlos Rama, é o seu parentesco com o renomado literato uruguaio Ángel Rama, figura de grande preeminência nas letras do país platino. Autor de obras importantes sobre a América Latina, como o renomado livro *La ciudad letrada*⁵. Por mais que seus trabalhos sigam caminhos distintos, havendo poucos momentos de intersecção como na revista *Clinamen* nos anos 1940 e no projeto *Enciclopedia Uruguay* nos anos 1960, Ángel

⁴ Para um debate sobre a imigração galega no Uruguai, cf. ZUBILLAGA, Carlos. **A prensa galega de inmigración en Uruguai**. Vigo: Conselho de Cultura Galega, 1996.

⁵ Para citar dois trabalhos de referência sobre a obra de Ángel Rama, cf. CUNHA, Roseli Barros. **Transculturação narrativa**: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama. São Paulo: Editora Humanitas, 2007; AGUIAR, Flávio; RODRIGUES, Joana (org.). **Ángel Rama**: um transculturador do futuro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

deixou em seus escritos pessoais a influência que Carlos exerceu sobre ele, algo que será abordado mais à frente.

A terceira característica é referente à sua vasta produção⁶, por mais que quantidade não seja sinônimo de relevância, um autor que possui vasta bibliografia abrangendo campos que transcendem a historiografia, com obras sobre arquitetura, sociologia e direito, chama muito a atenção. Nessas obras o recorte espacial parte sempre de uma análise sobre o Uruguai, a América Latina e suas relações com a Espanha. Utilizando como ferramentas para a pesquisa a Teoria da História, História da Historiografia, História Social, tendo como mote principal uma visão “da História dos de baixo”, privilegiando temas escanteados em sua época no ambiente acadêmico, como o anarquismo.

Esta pesquisa nasce desta inquietação, do silêncio e rastros deixados por um historiador uruguaio, que possui ligação e influência do anarquismo, dos movimentos sociais e demais processos revolucionários característicos do século XX, para o *leitmotiv* de sua produção. Que deixou marcada sua identificação enquanto latinoamericano e imigrante. Questões que apontam para indícios fragmentados, que aqui dão base para elaboração de nosso problema. Carlos Manuel Rama tem o seu lugar na *Memória Disciplinar* da Historiografia uruguaia? Se não, poderíamos falar que sua produção caiu no ostracismo? Se não, ele esteve presente em algum momento e foi retirado? Se sim, por que? Retomando seus trabalhos quais contribuições esse historiador deixou para a historiografia latinoamericana?

Primeiramente, é importante que a figura de Carlos Manuel Rama se faça conhecida minimamente para quem lê este texto. Com base nos textos biográficos citados anteriormente e no artigo publicado pelo historiador espanhol Roberto Ceamanos Llorens (2007) — que a princípio é o único trabalho historiográfico sobre a trajetória de Rama —, foi traçada essa breve apresentação.

O jornalista uruguaio Luis Casal Beck (2015) lança mão de um dos conceitos que aqui utilizamos como lente para olhar em direção de Rama, *olvidado*. O artigo intitulado *Los grandes olvidados: Carlos M. Rama, historiador, sociólogo. Republicano en el exilio*, rememorou em 2015 os 33 anos de sua morte. Casal Beck, em um artigo sintético, buscou

⁶ Dentro da vasta bibliografia produzida por Carlos Manuel Rama, entre livros, artigos e crônicas os quais foram lançados em diversos países como Uruguai, Argentina, Brasil, Espanha, França e Alemanha, cabe destacar algumas, que aparecem em seu verbete na Wikipédia: *La historia y la novela*; *Lecciones de Historia Universal*; *Introducción a los Estudios Históricos*; *José Pedro Varela, sociólogo*; *Teoría de la Historia, Introducción a los Estudios Históricos*; *Nacionalismo e Historiografía en América Latina*; *La historiografía como conciencia histórica*; *Las ideas socialistas en el siglo XIX*; *La crisis española del siglo XX*; *Ideología, regiones y clases sociales en la España contemporánea*; *Historia del movimiento obrero y social latinoamericano*; *Revolución social y fascismo en el siglo XX*; *Sociología de América Latina*; *Fascismo y anarquismo en la España contemporánea*; *España, crónica entrañable (1973-1977)*; *Las clases sociales en el Uruguay*; *Uruguay en crisis*.

tirar do esquecimento a figura de Rama, sublinhando sua trajetória e mais destacadamente as homenagens que este recebeu após a morte, seu engajamento com a questão da imigração e a Teoria da História. O jornalista cita que o nível de comoção com a morte de Carlos M. Rama foi tanta, que levou seus alunos à época suspenderem as aulas. Assim como levou Juan Carlos Onetti (1982), literato uruguaio e na época ganhador do Prêmio Cervantes, a lhe homenagear o colocando como um dos principais defensores da população latino-americana exilada na Espanha, que amargaram essa situação em função das ditaduras militares vigentes no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

Nascido em 1921 na cidade de Montevidéu, vindo a falecer em 1982, em Milão, na Itália, Carlos Manuel Rama Facal executou ao longo de sua vida as funções de historiador, sociólogo, advogado, jornalista e professor. Como já citado, irmão do renomado crítico literário Ángel Rama, Carlos tinha outra figura pertencente à intelectualidade uruguaia em sua parentela, o historiador Germán Rama, irmão mais novo ao lado de Ángel. Esposo da tradutora Judith Dellepiane Rama, outra figura esquecida, provavelmente mais até do que seu marido, era responsável por revisar e editar praticamente todas as obras editadas pelo autor. A vasta produção de Carlos Manuel Rama transitou entre os campos da Teoria da História, História Social, Direito, Urbanismo, História da Historiografia e Sociologia.

Sua formação inicial ocorreu na *Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UdelaR (Universidad de la República Oriental de Uruguay)*, durante os anos 1940, vindo a doutorar-se na mesma universidade, pela *Facultad de Humanidades y Ciencias* no ano de 1952. Durante esse primeiro período de sua vida, destaque-se sua atuação como professor no *Instituto de Profesores Artigas* e por ocupar a cátedra de Teoria e Metodologia da História na *Facultad de Humanidades y Ciencias*, no ano de 1951.

Em nota referente a morte do historiador uruguaio, o jornal espanhol *El País*, para além de realizar uma ode à figura de Carlos Rama — seu jornalista durante os anos 1970 —, destaca o seu contato com figuras de renome da intelectualidade espanhola, exiladas no Uruguai devido à Guerra Civil Espanhola. “Não poderia ter tido professores tão bons como eu tive. Aprendi História com Claudio Sánchez Albornoz, literatura com José Bergamin, Direito espanhol com Jiménez de Asúa e Direito internacional com Roque Barcia” (EL PAÍS, 1982a).

Em sua trajetória como professor, cabe ainda destacar sua atuação docente como visitante nas universidades de Santiago do Chile (1950 e 1972/1973), Porto Rico (1969) e na Universidade Nacional Autônoma do México (1979). De forma catedrática, para além da UdelaR, foi na *Universidad Autónoma de Barcelona* que de 1973 até a sua morte que Rama

exerceu a docência em História. Local em que inclusive ajudou a fundar o *Instituto de Estudios Latinoamericanos*. Para além do trabalho como professor universitário, ele ainda exercia o trabalho de advogado como é divulgado em jornais uruguaios nos anos 1950, como por exemplo a revista *Nuestro Tiempo*, e publicava com frequência textos em jornais como os homônimos uruguaio e espanhol *El País* e o semanário *Marcha*.

Pode-se destacar que a formação pós-1952 de Rama ocorreu em território europeu, como aponta Roberto Ceamanos Llorens (2007, p. 127), o Uruguai vivia um período de prosperidade econômica que propiciou um avanço nas políticas culturais como as que concederam a Rama duas bolsas de estudos, uma via Ministério de Assuntos Estrangeiros e outra pelo Conselho da *Facultad de Humanidades y Ciencias de Montevideo*. Na França ele se pós-graduou pelo seminário de *Histoire et Sociologie de la École des Hautes Études de Paris* e doutorou-se em Letras pela *Sorbonne* trabalhando com a História Social contemporânea da Espanha. Na França teve aula com renomados historiadores como Ernest Labrousse, Édouard Dolléans e Jean Maitron, tendo contato ainda com o sociólogo Georges Gurvitch, um dos responsáveis por aproximar seus estudos do campo sociológico. Na capital francesa, o historiador uruguaio ligou-se ao *Institut Français d'Histoire Sociale (IFHS)*, publicando artigos sociológicos e historiográficos sobre o Uruguai na revista *L'Actualité de l'Histoire*.

Ainda segundo Ceamanos Llorens, o interesse de Rama pela história contemporânea espanhola, seu objeto de pesquisa durante o período de estudos na França, decorreu do contato estabelecido pelo autor com as obras de historiadores militantes como Max Nettlau e Renée Lamberet, ambos anarquistas responsáveis por pesquisas acerca da história do movimento operário espanhol. O período no qual Rama iniciou suas pesquisas sobre a história contemporânea espanhola lhe colocou graves empecilhos, pois no ano de 1953 vivia-se o franquismo de forma plena na Espanha, gerando assim inúmeros problemas para acessar arquivos e fontes.

Em meio a esses problemas, no mesmo ano o historiador uruguaio conseguiu adentrar em território espanhol, viajando por praticamente todas as regiões do país, observando com os próprios olhos a devastação deixada pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Ficou nítido para o historiador uruguaio, que as consequências do conflito estavam sendo pagas pela população pobre, que ocupava as ruas em cenários de miséria. Em contraponto, Rama também pode observar a rica herança deixada pelos povos muçulmanos, com seus costumes e

arquitetura, assim como as vicissitudes do colonialismo e a situação da população de origem marroquina.

Rama pode levantar os vestígios do passado histórico, observar as belezas naturais, a riqueza artística, os costumes, a vida cotidiana, a forte presença da Igreja Católica, as desigualdades, a repressão policial, a resistência ao franquismo e a deficiente situação da educação. Deixando registrado em seu diário de campo as impressões daquela Espanha que nunca deixaria de fazer parte de sua vida, seja pessoal ou acadêmica:

Atrás queda España, las Españas; el bello país en forma de cuero de toro, las tierras soleadas del Mediterráneo y las húmedas del Cantábrico, las estepas castellanas y las vegas del Levante, las ciudades industriales y los pueblecitos de leyenda. Atrás también queda la intensidad dramática de una historia que desconoce la bonanza, y que vive ardiente, hasta sangrientamente, en cada uno de sus minutos. Y sus pueblos. Sus gentes tan distintas y notables, sus diversas naciones prendidas en el suelo ibérico con sus actitudes y sus hazañas, sus ideales y conflictos. Pero es difícil dejarla, mejor dicho: imposible. Se gana adentro del viajero, se hace lugar en su vida y obliga a vivirla de algún modo diariamente. Con España vamos (RAMA, apud CEAMANOS LLORENS, 2007, p. 130).

Para adentrar na pesquisa sobre o movimento operário espanhol, o historiador visitou arquivos na Itália e Holanda, muitos desses criados por militantes exilados pós-conflito, havendo uma abundância de referências sobre o assunto. Destaca-se também as pesquisas feitas junto às bibliotecas anarquistas internacionais, que agrupavam um grande arquivo de livros e jornais, servindo essencialmente para a efetivação de seu trabalho.

A obra *La crisis española del siglo XX*, fruto deste período formativo na Europa, foi defendida no ano de 1954 na Faculdade de Letras da Sorbonne, sobre a arguição de Pierre Renouvin, Ernest Labrousse e Georges Gurvitch. Seu lançamento em livro ocorreu apenas no ano de 1960, havendo uma reedição no ano de 1962 e sua publicação na Espanha apenas em 1976, após o fim do regime franquista.

Esse trabalho marca um determinado vanguardismo na obra de Carlos Manuel Rama, pois ele intercala em seu texto tanto elementos de História Econômica — hegemônica no discurso historiográfico da época —, de História Social, Teoria da História e uma aproximação sociológica. Rama articulou em seu texto a ligação entre autores canônicos no estudo sobre a Espanha como Pierre Vilar, Gerald Brena e Anton Sieberer, com historiadores do movimento operário como Max Nettleau, Renée Lamberet, Édouard Dolléans e Jean Maitron, a escritos de militantes anarquistas exilados como Gastón Leval, Diego Abad de Santillán e Victor Alba. Podemos dizer que seu conteúdo abarca um campo interdisciplinar muito intenso, intercambiando elementos da geografia, história, economia e sociologia.

Digamos finalmente que si bien es cierto que el trabajo se inscribe en la Historia de las Ideas, se han manejado esquemas ya probados en la sociología, en la teoría del Estado, en la ciencia política y el derecho, que entendemos fecundos en manos del historiador (RAMA, 1960, p. 10).

Ainda na Europa, Carlos Manuel Rama participou do X Congresso Internacional de Ciências Históricas (CISH), em Roma (CEAMANOS LLORENS, 2007, p. 134). Evento esse que marcou o enlace de Rama com historiadores de várias partes do continente europeu, inaugurando relações da historiografia latino-americana com a historiografia europeia. Isso fica explícito nos grupos de trabalho montados durante o evento, os quais não abarcavam apenas as especificidades históricas do continente europeu, mas que a partir da figura de Rama, intercalava e se comunicava com a historiografia produzida na América Latina.

É importante salientar que os caminhos tomados pelos trabalhos do historiador uruguaio estão muito influenciados pelas vivências e trocas realizadas durante o CISH e essa primeira estadia no continente europeu. Foi no CISH que Rama incorporou ao seu repertório os debates provenientes da História Social produzida na França, assim como as discussões geradas na *Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux*. Foi fruto dessa comissão a deliberação de estudar os documentos da Primeira Internacional, sendo Rama o responsável por pesquisar a pioneira organização na América Latina, produzindo vasta bibliografia posteriormente.

Nos anos 1960/1970, Rama esteve entre o Uruguai e outros países no qual trabalhou como professor visitante. Em 1973 estava lecionando na *Universidad de Chile*, quando teve que contar com o apoio das embaixadas da Colômbia e Itália para exilar-se na Espanha. O motivo foi o golpe de Estado dos militares no Chile com Pinochet apoiado pelos EUA, e a perseguição perpetuada desde o governo Jorge Pacheco Areco no Uruguai, na qual efetuou a prisão de militantes da esquerda uruguaia a partir dos anos 1967, com as chamadas *medidas prontas de seguridad*.

Alocado em Barcelona ainda no ano de 1973 junto a sua família, seguiu dando aulas de História da América e Sociologia na *Universidad Autónoma de Barcelona*. Responsável por fundar o Pen Club Latino-americano, organização responsável por ajudar latino-americanos exilados na Espanha, ajudando muitos escritores, jornalistas, tradutores e editores fugidos de seus países em função das ditaduras. O historiador também foi responsável pela criação do *Instituto de Estudios Latinoamericanos da Universidad Autónoma de Barcelona*,

vindo a falecer inclusive em uma incursão à Itália na busca de novos contatos para o instituto. Faleceu aos 60 anos de idade em função de um ataque cardíaco, deixando mulher e filhos.

Seu falecimento pode ser resumido, para além dos destaques já citados feitos pelo jornalista Luis Casal Beck, por uma carta anônima enviada por um provável ex-aluno e amigo, ao jornal espanhol *El País*:

Ha fallecido un gran y verdadero amigo de España. Su vida ha terminado en el exilio por falta de libertad y democracia en su patria, la República Oriental del Uruguay. [...] Mi querido profesor Rama, descansa en paz en tu amada madre patria. Los que te conocimos y supimos de tu entrega total por nuestras libertades, colaborando incansablemente con nosotros, en nuestras mentes y corazones estarás siempre sin falta (EL PAÍS, 1982b).

Para traçar o itinerário de Carlos Manuel Rama, se utilizará como fontes primárias um conjunto de livros e artigos do autor, os quais foram selecionados de acordo com os temas escolhidos para tratar neste trabalho, no caso, os textos que englobam o debate da História Social (com foco nos Movimentos Sociais, Socialismo e Anarquismo), Teoria da História e História da Historiografia. Para analisar essa documentação, de acordo com o debate feito anteriormente, a obra de Carlos Manuel Rama será posta em debate com seus interlocutores contemporâneos, embates políticos, questões institucionais e demais pesquisas que toquem o tema.

No primeiro capítulo, será feito um balanço da História da Historiografia uruguaia, a qual já se abordou brevemente na introdução, indo mais a fundo analisando os trabalhos de Real de Azúa (1969), Rodríguez Villamil (1969) e Martínez Díaz (1983). O objetivo aqui é traçar um panorama do desenvolvimento e dos embates da historiografia no Uruguai, analisando como foi construído o discurso da História da Historiografia em território uruguaio, a consolidação de conceitos, bases epistemológicas, espaço de produção e o silêncio. Em meio ao silêncio refletir sobre a ausência Carlos Manuel Rama nestes levantamentos, possíveis hipóteses para tal esquecimento e como ele se encaixaria nos debates em questão.

No segundo capítulo o objetivo será esmiuçar os trabalhos em que Carlos Manuel Rama abordou diretamente o campo da Teoria da História, averiguando as marcas deixadas pelo processo de profissionalização da pesquisa em História no Uruguai, ao final dos anos 1940. Para isso será mensurando a influência da obra de José Luis Romero sobre o historiador uruguaio, assim como sua trajetória na cátedra de Teoria e Metodologia da História na *Facultad de Humanidades* da UdelaR, posto anteriormente ocupado pelo citado historiador

argentino. O livro *Teoria da Historia: introduccion a los estudios históricos*, de 1959, será o documento base deste capítulo, uma vez que o livro foi resultado dos seminários ministrados pelo historiador uruguaio durante o período que ocupou a cátedra em questão.

No terceiro capítulo, o objetivo será trabalhar com as contribuições de Carlos Manuel Rama para História Social, como foco nas produções voltadas para História dos Movimentos Sociais e do Anarquismo na América Latina. O autor trouxe certo ineditismo ao se relacionar com o *Institut Français d'Histoire Sociale (IFHS)* nos anos 1950, assim como a forma em que relacionou pesquisadores acadêmicos com pesquisadores militantes. A documentação analisada neste capítulo corresponde a um conjunto de textos publicados em revistas do mundo inteiro, entre os anos 1940-1970.

1 CARLOS MANUEL RAMA E A MEMÓRIA DISCIPLINAR

Após tomar brevemente a biografia de Carlos Manuel Rama, cabe a questão: qual é o seu lugar na *Memória Disciplinar* da Historiografia Uruguaia? Um dos problemas levantados é se ele foi esquecido pelos debates contemporâneos, ou se sua obra é mobilizada pela História da Historiografia produzida no Uruguai. De forma preliminar foram analisados os trabalhos realizados nesse campo pelos historiadores Nelson Martínez Díaz, Carlos Zubillaga e Tomás Sansón Corbo, por serem a princípio as pesquisas mais recentes sobre o tema. Para além de analisar um esquecimento ou marginalização da obra de Carlos Manuel Rama, de forma inicial também, utiliza-se dos trabalhos de Zubillaga e Pablo Rocca para o conhecimento do cenário institucional e intelectual emergente no início da produção acadêmica do historiador uruguaio.

Em texto de 1983, intitulado *La historiografía uruguaya contemporánea*, o historiador Nelson Martínez Díaz realizou um balanço da História da Historiografia uruguaia do século XIX até o final dos anos 1970. Nesse texto ele destaca as variadas correntes historiográficas presentes no Uruguai, dividindo-as inicialmente entre *velha* e *nova escola*. A primeira seria caracterizada pela alcunha de História Tradicional, voltada à erudição e objetividade, focada na análise dos fatos “assim como eles foram”, muito influenciado inicialmente pelos trabalhos de Mitre e Sarmiento. Ganhando posteriormente um carácter nacionalista, principalmente pelas pesquisas voltadas ao campo político e a constituição de heróis nacionais, como Artigas. Essa corrente teria sido responsável por cristalizar a dicotomia campo/cidade nos estudos historiográficos uruguaio, dualidade que o autor, filiado à *nova escola*, buscava quebrar, à luz do modelo braudeliano junto às linhas de análise francesa, como *História das Mentalidades*, *História Social*, *História Econômica* e *História Demográfica*.

Por mais que o autor tenha sinalizado que:

[...] no aludiremos a todas las obras de un autor, ni será posible mencionar todos los historiadores, sino que nos remitiremos a aquellos trabajos que estimamos representativos de un intento por abrir líneas inéditas de investigación en la historia uruguaya (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 39-40).

Carlos Manuel Rama foi citado apenas uma vez, destacado por Martínez Díaz como responsável por escrever a primeira obra de História Social uruguaia, o livro *Historia Social del pueblo uruguayo*, de 1972. Considerando aqui, o qual Martínez Díaz, aborda campos diversos da historiografia, que abarcariam mais trabalhos de Rama até 1983, este foi deixado

à margem de outros historiadores uruguaios contemporâneos, como Juan E. Pivel Devoto, Roque Faraone, José Pedro Barrán e Carlos Real de Azúa.

Em seu livro *Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX: Entre la profesión y la militancia*, de 2002, o historiador Carlos Zubillaga, fez um hercúleo trabalho sobre a formação do campo historiográfico uruaio, analisando a historicidade dos espaços institucionais de produção histórica. Zubillaga começa analisando os espaços ocupados pelo que ele chama de *paleohistoriadores*, que seriam os eruditos que produziram narrativas históricas de forma amadora, desde o *Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, *Museo Histórico Nacional*, *Archivo Artigas*, *Archivo General de la Nación* e *Archivo y Museo Histórico Municipal*.

Posteriormente ele analisa o papel da *Facultad de Humanidades y Ciencias (Universidad de la República)* e do *Instituto de Profesores Artigas* à profissionalização de pesquisadores e docentes na área de História em território uruaio. Segundo Zubillaga, esse processo representa um giro na produção historiográfica do país, o que se reflete nos demais temas abordados no livro, como a consolidação da profissionalização, os espaços alternativos ocupados pelos historiadores, e as próprias mazelas enfrentadas por pesquisadores e professores durante o período ditatorial.

Por mais que o foco de Zubillaga estivesse na formação institucional desses espaços, ele aborda de forma pormenorizada a historicidade de vários locais ocupados por Carlos Manuel Rama durante sua vida docente e profissional, como a *Cátedra de Investigaciones Históricas*, a *Facultad de Humanidades y Ciencias*, seus *Instituto de Investigaciones Históricas* e *Seminario Historia de la Cultura*, além do *Instituto de Profesores Artigas*. A única citação a Carlos Manuel Rama, se faz pelo fato dele ter sido um dos alunos da *Cátedra de Investigaciones Históricas*, a qual posteriormente ocupou como professor na *Facultad de Humanidades y Ciencias* (ZUBILLAGA, 2002, p. 162). Em nenhum momento se faz outra menção a atuação do historiador dentro da instituição, mesmo ele tendo ocupado os espaços deixados por José Luis Romero e Lincoln Machado Ribas, figuras extremamente mobilizadas no texto de Zubillaga, em função de sua proeminência para a solidificação da profissionalização da pesquisa em História no Uruguai.

Essa marginalização ou secundarização da figura de Carlos Manuel Rama na historiografia uruaia, se consolida pela sua total exclusão e/ou esquecimento no texto de Tomás Sansón Corbo, *Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo*, publicado em 2011, pela revista *História da Historiografia*. A preocupação de Sansón em seu

texto é dar um panorama da configuração historiográfica uruguaia desde o século XIX, até o período de profissionalização junto a *Facultad de Humanidades y Ciencias (UdelaR)* e do *Instituto de Profesores Artigas*. Ao contrário de Martínez Díaz, que esboçou uma reflexão totalmente centrada na ideia de uma historiografia uruguaia, Sansón expõe como o processo de formação dos estudos históricos no Uruguai ocorreu em meio ao intercâmbio ativo de intelectuais das duas margens do Prata. Com uma influência ativa de historiadores argentinos na constituição da *Facultad de Humanidades y Ciencias*, naquele momento exilados pelo primeiro regime de Juan Domingo Perón em 1946, José Luis Romero e Emilio Ravignani tiveram um papel importante no que se consolidou epistemologicamente com a profissionalização da disciplina no país. Sansón também destaca que tal intercâmbio foi responsável por gerar celeumas com historiadores uruguaio, vindo a fortalecer inclusive uma corrente historiográfica nacionalista, representada na figura de Juan Pivel Devoto.

Como citado anteriormente, Carlos Manuel Rama não figura no texto de Sansón, por mais que assim como Zubillaga, aborde de maneira central as instituições nas quais o historiador uruguaio consolidou sua carreira acadêmica ainda na juventude. Como coloca Carlos Zubillaga (2002, p. 167), foi entre os anos 1940 e 1950 que se criou e consolidou a *Facultad de Humanidades y Ciencias* junto a *UdelaR*, instituição responsável por profissionalizar e aprofundar as pesquisas no campo historiográfico uruguaio. No caso, tal processo ocasionou uma mudança tanto no entendimento acerca de como deveria ocorrer a pesquisa em História, como o que representava à figura do historiador, “el conocimiento histórico dejaba de ser un discurso 'al servicio de', para ser un saber 'per se', que no requería de una utilidad (un vínculo servicial con otras motivaciones o intereses) para validar su práctica” (ZUBILLAGA, 2002, p. 152-53). A passagem, do que Zubillaga chama, de um *paleohistoriador* ou *hombre de letras* para o historiador profissional, ficou marcada com

[...] el cambio de opinión del establishment respecto de los beneficios de una Facultad de Humanidades, cuando quedó en evidencia que los historiadores en ella formados iniciaban una práctica profesional definitivamente científica (ZUBILLAGA, 2002, p. 153).

Essa primeira geração de historiadores profissionais no Uruguai é composta por intelectuais exilados, e em boa parte dos filhos de imigrantes provenientes das classes médias. Zubillaga destaca o tom de renovação que esses novos historiadores trazem, por estarem aquém das tradicionais “famílias profissionais”, que ao fim não exerciam com exclusividade a profissão, ocupando em sua maioria outras funções como de médicos e juristas”. O interesse

dessa nova intelectualidade pela História enquanto disciplina “se sustentaba entre aquéllos en una preocupación científica y no en un rastreo de los antecedentes familiares, como había sucedido con frecuencia entre los paleohistoriadores” (ZUBILLAGA, 2002, p. 152).

Paralelamente à consolidação da *Facultad de Humanidades y Ciencias*, outro espaço de produção e disseminação intelectual muito importante na região do Prata, foram os chamados *Periódicos Culturais*, como *Acción*, *El País*, *El Día*, *Marcha* e *Clinamen*. Tais revistas mesclavam em sua composição jovens intelectuais uruguaios, como Ángel Rama, Mario Benedetti e Emir Rodríguez Monegal, com figuras consagradas em território argentino, – exilados em função do primeiro peronismo (1945-1955) –, como José Luis Romero, Emilio Ravignani, Martínez Estrada e Jorge Luis Borges. Seu conteúdo era extremamente heterogêneo, incluindo ensaios literários, políticos, filosóficos, historiográficos, peças teatrais, crítica literária, cinema e música. Como sinaliza Rocca, essa jovem intelectualidade uruguaia e os desterrados argentinos “con la fundación de la mencionada Facultad de Humanidades, en la que tuvieron su cátedra o dictaron ciclos de conferencias” (ROCCA, 2012, p. 14).

Houve uma intersecção entre a cátedra acadêmica e a produção pública na imprensa, que além de enriquecer e complexificar o espaço de produção intelectual uruguaio, rompeu com uma concepção metodológica nacionalista. O fluxo de imigrantes provenientes tanto de países europeus assolados pelo nazifascismo, como pelos argentinos exilados pelo peronismo contribuiu substancialmente para que “en cierta medida, los diálogos y contrastes con el otro lado del río desviaron el curso de esa tendencia nacionalista entre los críticos literarios uruguayos más activos e influyentes” (ROCCA, 2012, p. 14).

Nessa primeira análise, o silêncio sobre a produção e contribuição de Carlos Manuel Rama é retumbante. A partir dos referenciais citados, se percebe que a presença do historiador uruguaio corresponde a um pequeno espectro daquela que poderia ser abordada, já que nos dois casos em que é citado, nos trabalhos de Martínez Díaz e Zubillaga, o é feito em nota de rodapé. Um historiador que foi filho do processo de profissionalização da História enquanto disciplina no Uruguai, que teve sua formação ligada a diversas figuras e grupos de relevo em seu tempo, ativo nos mais variados campos até o fim de sua vida, não possui um balanço digno acerca de sua obra e trajetória.

Buscando entender a formação da memória disciplinar da historiografia uruguaia, em diálogo com a bibliografia produzida pelo autor, a partir de três eixos é que se buscará responder às questões levantadas a partir do silêncio. Um dos objetivos é transformar os fragmentos em uma colcha de retalhos, a fim de que a obra e contribuição de Carlos Manuel

Rama possa retornar ao debate historiográfico. A base metodológica para efetivar esse trabalho toma os aportes provenientes da História da Historiografia e da História Intelectual, os quais serão melhor esmiuçados a seguir.

1.1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para situar o leitor sobre os caminhos percorridos no tear deste texto, constitui-se aqui um guia de navegação, com o qual esse possa visualizar na topografia dos debates onde a pesquisa se localiza, cruza caminhos e se distancia das chaves epistemológicas candentes ao estudo historiográfico atual. Tal preocupação parte de um princípio básico da arte da história, como bem coloca Koselleck: “[...] ninguém poderia contradizer, nos dias de hoje, a ideia de que toda afirmação histórica está associada a um determinado ponto de vista” (KOSELLECK, 2006, p. 161). Mais especificamente, incorre-se no fato de que a produção historiográfica é diretamente influenciada pela tríade lugar, tempo e pessoa. Esses elementos são cruciais para entender a constituição do objeto de pesquisa, “caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruçar-se sobre o mesmo objeto” (KOSELLECK, 2006, p. 161).

Operacionalizando uma imagem utilizada por Hannah Arendt (1997, p. 33), tal esforço tem como mote uma árdua função que muito se assemelha à batalha travada pelo “ele” kafkaniano. Esse, um ente presente em uma lacuna de tempo entre o passado e futuro, combate ambos enquanto digladiam-se entre si. O “ele”, pode ser lido aqui como o historiador, que intrinsecamente implicado pelas forças do futuro e do passado, elabora sua narrativa desde seu presente, tendo que enfrentar contradições, polêmicas, desvelando e elaborando problemas de acordo com as demandas de seu tempo.

Arendt, coloca que essa lacuna de tempo ocupada pelo “ele” kafkaniano, não é um “intervalo simples, assemelhando-se antes ao que ao físico chama de um paralelogramo de forças” (ARENDR, 1997, p. 39). Ou seja, o choque entre essas duas forças infinitas em sua origem, o passado e o futuro, resultaria na formação de uma terceira força, o pensamento, que a partir da gênese desse conflito antagônico seria infinito em suas possibilidades.

O historiador pode ser lido como a força resultante do choque entre passado e futuro, sendo esse responsável pela produção do conhecimento histórico, infinito em suas possibilidades. Assim como o “ele” kafkaniano, o historiador já idealizou colocar-se acima da linha de combate entre essas forças, tentando encontrar “um lugar no tempo suficientemente

afastado do passado e do futuro para lhe oferecer a 'posição de juiz', da qual poderia julgar com imparcialidade as forças que se digladiam” (ARENDDT, 1997, p. 39). Exemplifiquemos com a noção de realismo ingênuo (ARENDDT, 1997, p. 39), mote pelo qual historiadores da antiguidade ao século XVIII tentaram buscar a verdade “assim como ela foi”. Munidos pela metáfora do espelho, em que tomavam a produção histórica pelo condicionamento de seu resgate dos confins do acontecido, sem exercer a influência de suas paixões e motivações.

O resultado dessa empreitada, utilizando-se ainda da figura de imagem kafkiana, é que tanto “ele” como o historiador se viram incapazes

[...] de encontrar a diagonal que levaria para fora da linha de combate, para o espaço constituído idealmente pelo paralelogramo de forças, “morra de exaustão”, depercido sobre a pressão do constante embate esquecido de suas primitivas intenções e apenas cômico da existência dessa lacuna no tempo que, enquanto ele viver, será o território sobre o qual terá que se manter, muito embora não se assemelhe a um lar, e sim a um campo de batalha (ARENDDT, 1997, p. 39).

O campo de batalha, o qual ocupa o historiador, é responsável por configurar a maneira como vamos acessar o produto histórico por excelência. Não temos acesso a história “assim como ela foi”, muito menos essa está disposta de maneira linear no tempo, ou ainda, existe essencialmente por si só. Compreendemos que a construção do saber histórico se faz em diálogo e combate com variadas esferas de tempo, vários atores e espacialidades distintas. Sua emergência está condicionada e diretamente ligada ao seu *topos* de produção. Longe de advogar por um relativismo absoluto, o que se espera, é que haja o entendimento acerca do papel do historiador como agente ativo, ao entrelaçar as evidências e o corpus documental em texto.

Logo, cabe aqui explicitar que a escrita do texto histórico está diretamente ligada às escolhas do historiador ou historiadora, perpassando pelas entrelinhas de sua estrutura narrativa, discussões e debates latentes ao interesse deste assim como ao jogo de relações de poder, pelo qual está emaranhado:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p. 66-67).

Entender esse lugar, como coloca Certeau, é considerar a influência de todos os fatores que implicam e são implicados pelo historiador. Não há neutralidade na operação historiográfica, como coloca Koselleck ao citar Chladenius: “Uma narração imparcial não pode significar o mesmo que narrar algo sem ter um ponto de vista, pois isso é impossível” (KOSELLECK, 2006, p. 170).

Voltemos à imagem do “ele” kafkiano, enquanto esse é afetado pelas distintas esferas de tempo, “ele” visualiza e muitas vezes interfere na ação do passado para puxar o futuro para trás e o segundo realizar o movimento contrário, jogando o passado para frente. O historiador encontra-se em uma celeuma similar, como coloca Koselleck (2006) ao operacionalizar as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa: “[...] todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006, p. 306). Sendo a experiência da escrita da História, ligada diretamente com as temporalidades com que o historiador deve se confrontar, como pelo espaço ocupado por esse, podendo figurar aqui a Universidade, revistas, imprensa, escola, embates políticos, dentre outros.

Para melhor trabalharmos como esses fatores que envolvem a produção da História, campos da História da Historiografia e História Intelectual, são de grande valia, uma vez que fornecem instrumentos para que possamos analisar o historiador como objeto de estudo. Para melhor compreensão dessas duas bases epistemológicas partimos das reflexões de Turin e de Araújo.

Podemos destacar a importância de pesquisas voltadas para a História da Historiografia, a partir de uma “memória disciplinar”. Como afirma Turin,

A História da Historiografia, é a observação hermética de como se utiliza do passado para criação de uma memória disciplinar, sendo essa responsável por ordenar determinados discursos acerca da lente do que se deve ver ou não” (TURIN, 2013, p. 79. Grifos do autor).

Trabalhar a partir da História da Historiografia, não implica colocar o pesquisador desta área em um ponto neutro ou exterior acerca da produção historiográfica e suas tradições, mas sim visa o reconhecimento de seus efeitos e formas de produção. Passa pela necessidade de explicitar os pontos de vista, expressos em problemas e categorias, como condição para melhor controlá-los, seja em sua dimensão cognitiva, seja em sua dimensão ética (TURIN, 2013, p. 80).

De maneira mais sistemática, podemos definir esse campo através de uma análise depurada entre as diversas disputas de memória, compreendendo os horizontes de expectativas postos na produção historiográfica, captando, como coloca Guimarães:

[...] o objeto de investigação não pode ser deduzido de forma a-histórica, a partir de sua suposta natureza ou autenticidade, mas definido no confronto controlado entre as categorias de análise e os textos investigados, identificando as formas e os usos, eles próprios históricos, que configuravam os diferentes suportes e suas texturas temporais. Os textos, nessa perspectiva, não são tratados como exemplos de uma filosofia da história qualquer, mas pensados a partir do reconhecimento de sua própria obscuridade que, como já ressaltava Schleiermacher, demanda e justifica todo o esforço hermenêutico. Como consequência dessa problematização do texto em sua historicidade, a investigação da história da historiografia acaba por se constituir como um espaço eminentemente aberto de investigação e reflexão, inserida “necessariamente numa teia em que o diálogo com outros campos da pesquisa histórica se faz necessário” (GUIMARÃES apud TURIN, 2013, p. 81).

A partir dessa perspectiva, uma das principais preocupações acerca da produção historiográfica, e o que leva a seu estudo, encontra-se na forma como se conduziam as pesquisas históricas e suas formas de expressão, assim como o próprio movimento de historicidade presente na escrita da História, reconhecendo que ela sempre é datada e possui determinada topografia. Tendo em vista que “as narrativas sobre o passado de um objeto, cada vez mais, tem sua evidência e unidade colocadas em questão” (TURIN, 2013, p. 91), pesquisar a forma como se produziu tal discurso sobre o passado, de maneira crítica, emerge como um recondicionamento dos próprios anseios da História enquanto disciplina.

Devemos nos ater, como coloca de Araújo, que escolher trilhar por esse caminho em questão, implica seguir caminhos tortuosos, contestado ainda em determinados espaços. Isso se deve, a dificuldade em demarcar as margens entre o processo de escrita da história e o estudo crítico acerca de sua produção. Este citando Rüsen, “não é claro o lugar que [a História da Historiografia] poderia ocupar na matriz do pensamento histórico” (RÜSEN apud ARAÚJO, 2013, p. 35).

Araújo coloca a gênese desse problema no tardio trato teórico e metodológico dentro da construção da História enquanto disciplina. Segundo o autor, a ânsia em garantir o estatuto de cientificidade para a disciplina, fez com que um determinado “carácter prático/técnico” fosse constituído enquanto um *ethos* disciplinar, relegando a teoria às disciplinas circunvizinhas como a filosofia e a sociologia. A partir dessa perspectiva, a pesquisa em História da Historiografia implica em pensar as diferentes formas de acessar o passado, através de suas diversas historicidades, compreendendo como ocorre o processo de construção do tempo histórico, a partir de quem a constrói narrativamente, o Historiador.

Sendo o historiador responsável por acessar diversas historicidades desde sua narrativa, lançou mão de aportes provenientes da História Intelectual para um diálogo com as reflexões levantadas acima. Um dos motivos por entrelaçar estes campos, liga-se com às ferramentas de análise que à História Intelectual pode suprir para analisar desde as teias de contato aos fluxos de informação, aos quais estão inseridos os historiadores (as). Elias Palti, ao historicizar a concepção contemporânea de História Intelectual, nos alerta da diferença do campo da História das Ideias para o que se configura hoje como História Intelectual.

Não cabe aqui partir da tradicional chave de “idéia-unicidade”, ou seja, elementos primários que compõem todo um sistema de pensamento (PALTI, 1998, p. 26), para analisar o espírito de uma época, ou catalogar a produção intelectual em linhas homogêneas, como por exemplo “História Positivista”, “História Política”, “História Econômica”. É importante instrumentalizar às ferramentas dispostas atualmente para o campo da História Intelectual, de Lovejoy a passar por Quentin Skinner e seu contexto de emergência⁷, às contribuições de Clifford Geertz, até o *linguistic turn* com Hayden White.

Tomemos a metodologia elaborada por Silva, como forma de nos fazer escapar de uma tradicional leitura mecânica, acerca das escalas de análise postas para a instrumentalização da História Intelectual, interna e externa. Para uma melhor apuração, se propõe uma análise crítica dos elementos que estariam codificados dentro dessas escalas em questão. A escala interna corresponderia a uma análise hermenêutica do discurso construído pelo intelectual, e a escala externa seria composta pelos acontecimentos históricos, sociais e políticos que de alguma forma influíram na constituição desse indivíduo enquanto intelectual.

Silva sinaliza que as análises não devem ficar na superfície dessas escalas, pois é necessário analisar profundamente os grupos de pares ou “sociedade intelectual”, que influenciou e/ou interagiu com esse intelectual. Deve-se também considerar:

Os paradigmas intelectuais, os epistémé, as correntes filosóficas que interferem, direta ou indiretamente, nas representações, nas visões de mundo, condicionando sistemas de percepção, de apreciação e de classificação (SILVA, 2003, p. 19).

A partir da compreensão da obra intelectual em seu universo de produção, deve-se ultrapassar os limites postos pela tradicional biografia, que normalmente visa construir uma narrativa linear, cronológica e idealizada sobre a vida de seus personagens. Desvelar

⁷ Estudar o contexto de qualquer grande obra da filosofia política não significa apenas adquirir uma informação adicional sobre etiologia: também implica dota-nos, como adiante argumentei, com um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer, maior certamente do que jamais poderíamos esperar obter se nos limitássemos a ler o texto 'vezes e vezes sem conta', como propuseram os expoentes do procedimento “textualista” (SKINNER, 1996, p. 13).

trajetórias individuais esmiuçando os indícios deixados em seus textos e demais documentos, considerando aqui a constituição do autor, narrador e personagem, quais são seus lugares de memória (instituições, espaços de circulação intelectual), filiações intelectuais e redes de sociabilidade, podem nos ajudar a construir uma narrativa condizente aos sentidos de uma vida.

Nas palavras de Palti:

El objetivo último de la historia intelectual sería, pues, entender no qué dijo cada autor, sino cómo fue posible para éste decir lo que dijo en un contexto determinado. Y ello supone, a su vez, la redefinición del objeto mismo de la historia intelectual, esto es, la noción de texto, y, en consecuencia, los modos de aproximación al mismo (PALTI, 2007, p. 300).

1.2 UM PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO URUGUAI: CARLOS MANUEL RAMA E O SILÊNCIO DA MEMÓRIA DISCIPLINAR

De forma inicial, será analisado um conjunto de trabalhos que podem ser classificados como principais referências no campo da História da Historiografia em território uruguaio, iniciando com a pesquisa de Carlos Real de Azúa, trabalho precursor a propor tal análise, Silvia Rodríguez Villamil, Nelson Martínez Díaz, Carlos Zubillaga e Tomas Sansón Corbo. Levantar esse panorama, longe de buscar uma homogeneidade discursiva ou unidade de pensamento, tem como objetivo mensurar as concepções que permearam a produção da História da Historiografia uruguaia.

O objetivo aqui de maneira inicial é construir uma constelação do que se produziu e debateu no campo historiográfico uruguaio no período contemporâneo aos trabalhos de Carlos Rama (final dos anos 1940 até início dos anos 1980). Assim como avaliar o que já estava entronizado como canônico nos estudos históricos uruguaio e suas influências na produção do autor. Em segundo momento, objetiva-se aqui, — o que também justifica a escolha das pesquisas que abordam a historicidade da escrita da História Uruguaia e não os trabalhos de Rama em si — entender a presença praticamente nula dos trabalhos de Rama na *Memória Disciplinar* local.

Por mais que possamos destacar a presença de citações a obra de Carlos Rama em variados trabalhos ao longo dos anos após sua morte, principalmente na História Social e em textos dispersos que usaram sua *Teoría de la Historia* para fundamentação teórico-metodológica, a presença diminuta na *Memória Disciplinar* instiga o questionamento. Seu último livro completo foi editado em 1982, logo após seu falecimento, ficando a cargo de sua

esposa Judith Dellapiane de Rama, intitulado *Historia de las relaciones culturales entre España y la América Latina Siglo XIX*. Em 1990 a Biblioteca Ayacucho lançou uma coletânea de textos sobre o pensamento anarquista latino americano organizada por Rama, a qual ficou incompleta devido a sua morte, sendo finalizada pelo filósofo argentino Ángel Cappelletti. Desde então não foi republicado nenhum título produzido pelo autor, seja em espanhol ou em qualquer outra língua.

O fato de não haver edições mais recentes de suas obras pode ser uma das justificativas para seu esquecimento, mas não responde a questão como um todo, já que como se verá, trabalhos contemporâneos ao seu período de atividade passam em branco com relação as suas pesquisas. Uma outra possível resposta pode estar no fato de ter escrito muitos trabalhos que transcenderam as fronteiras uruguaias, se interessando muito por temas relacionados à Espanha e a América Latina como um todo. Além do fato de ter passado um tempo considerável de sua vida na França, Porto Rico, Chile e Espanha, as duas primeiras localidades em função de estudo e trabalho, e as duas últimas exilando-se das ditaduras militares do Cone Sul.

Tal resposta tem seu fundamento, por mais que não se justifique, pois sua produção acerca do presente e do passado uruguaio é vasta, podendo se destacar os livros *Historia Social del Pueblo Uruguayo*; *Sociología del Uruguay*; *Obreros y Anarquistas*; *El movimiento obrero y social uruguayo y el Presidente Battle*; *Los Afro-Uruguayos* e *Battle: la conciencia social*. Além de publicações referentes ao Uruguai nas revistas *Nuestro Tiempo*, *Cuadernos Americanos*, *Cuadernos de Marcha*, *Revista Triunfo*, *Revista de la Universidad de México*, *Revista de Ciencias Sociales*, *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien* dentre outras.

É sabido e constatado que Carlos Rama não se dedicou apenas a assuntos forâneos da historiografia uruguaia de seu período, mas sua preocupação em colocar sempre em relação o Uruguai com o resto da América Latina e a Espanha, podem ter levado ao seu silenciamento, mesmo que involuntário, da *Memória Disciplinar*. A justificativa para isso, seria um certo caráter nacional ou universalizante que a História da Historiografia carregaria, quando utilizada sem levar em consideração as conexões transnacionais. O conceito de *Nacionalismo Epistemológico*, operacionalizado por David Armitage, pode enquadrar tais formas de análise:

Na maior parte da existência do ofício histórico, na maior parte do mundo, os historiadores estiveram comprometidos com o nacionalismo metodológico. Como a maioria dos outros cientistas sociais, eles assumiram que nações com identificação própria, organizadas politicamente em Estados, eram os objetos primários do estudo histórico. As principais tarefas dos historiadores eram narrar adequadamente como os Estados-nações emergiram, como eles se desenvolveram e como eles interagem

com os outros. Até mesmo os historiadores cujos trabalhos deliberadamente atravessaram as fronteiras das histórias nacionais trabalharam em cima de linhas similares (ARMITAGE, 2015, p. 2).

Nesse estudo hermético de refletir como o olhar sobre o passado cria a *Memória Disciplinar*, poderíamos colocar em suspenso as noções de memória e disciplina. Por mais que à História da Historiografia questione os lugares institucionais ou informais de onde se emana o discurso historiográfico, ao efetuarmos a exegese do corpo teórico mobilizado pelos autores do campo vemos que o trato é feito de uma forma universalizante e circunscrita a espacialidades delimitadas pelas fronteiras do Estado-Nação. Universalizantes por estarem operando a partir do paradigma que cria um singular coletivo universal, o qual se coloca em negação a um *outro*, que deve ficar fora do discurso histórico. Pensando a partir de um campo específico, no caso a História da Historiografia uruguaia, o *outro* seria caracterizado pela figura que não está intimamente ligada à produção de uma narrativa nacional, os quais serão debatidos na sequência. A filiação a determinadas correntes político-sociais e a produção voltada às tais, também pode levar a exclusão do corpus disciplinar, em que mesmo sendo produzida dentro do ambiente acadêmico, acaba sendo classificada como *política* ou *militante*, ambos termos imbuídos de uma substância negativa.

Um exemplo para comparação: Walter Francisco Figueiredo Lowande, ao fazer um panorama sobre a historiografia brasileira do século XIX e primeira metade do XX constata que “seu foco via de regra está dirigido a um Estado interpretado ou como instrumento de superação ou como o causador de um descompasso entre a essência nacional e a sua impossibilidade de realização” (LOWANDE, 2018, p. 221). Ou seja, trabalhos e pesquisadores/as que não tenham pensando de alguma forma o “Brasil”, ou que não sejam possíveis de enquadrar como “História do Brasil” acabaram fora da construção de uma *Memória Disciplinar*. Adotar uma análise que pense a História da Historiografia brasileira ou uruguaia, desconsiderando as relações que transcendem as fronteiras nacionais evidencia uma relação de saber-poder assimétrica, privilegiando determinados grupos de historiadores e historiadoras e excluindo ou ostracizando outros que não se enquadram dentro do cânone nacional.

Por mais que sejam elementos ativos dentro da produção historiográfica de um determinado país, autores e autoras são colocados fora deste quadro muitas vezes em função de seus objetos de estudo, referências, cânones e escolas adotadas. Essa “exclusão” ou “esquecimento” se justifica para o campo em função da “[...] insuficiência dos recortes nacionais para as narrativas sobre as quais se debruçam” (LOWANDE, 2018, p. 223). A

relação de saber-poder que este processo envolve demonstra que as temporalidades, topografias, instituições, grupos intelectuais e políticos não são agentes neutros nem externos ao labor historiográfico.

Utilizando de uma definição de Marcel Detienne, a História da Historiografia quando produzida nesses termos mantém resquícios de uma *mitideologia*, característica da História enquanto disciplina desde sua gênese.

Marcel Detienne recentemente chamou de ‘mitideologias’ nacionais, ou seja, narrativas produzidas e ensinadas sistematicamente pelos Estados europeus, em especial o francês, no intuito de se transformar o território nacional, por meio da historiografia, em um espaço sagrado de dívida para com os mortos de modo a se criar um sentimento de “autoctonia” (DETIENNE apud LOWANDE, 2018, p.222).

Considerando que essas *mitideologias* se caracterizam pela transformação do território por meio da historiografia em um espaço de dívida com os mortos, pode se pensar a *Memória Disciplinar* como um *topos* do saber historiográfico, o qual a partir de determinadas normativas delimita seu campo em uma dívida com cânones específicos. Podendo ainda ver em certas narrativas uma “ameaça”, ou no mínimo uma desconexão com aquilo que se idealiza enquanto uma História da Historiografia de seu país, no caso aqui o Uruguai.

No caso, a *mitideologia* da historiografia uruguaia veria na figura de Carlos Rama muito mais um estrangeiro do que um *oriental*, privilegiando quem se dedicou à escrita de uma História circunscrita às fronteiras uruguaias? Para isto cabe o exame dos trabalhos que de alguma forma se dedicaram a falar sobre a História da Historiografia uruguaia, os quais mesmo sem citar diretamente Carlos Rama podem evidenciar em muito as escolhas e temas abordados pelo autor.

Ao analisar a História da Historiografia uruguaia, um problema recorrente está relacionado à escassa produção neste campo, assim como as interpretações calcadas em modelos tradicionais (ZUBILLAGA, 2002, p. 7). A concepção de *ideia-unidade* prevalece nas pesquisas que versam sobre o tema, gerando adversidades para as análises que busquem uma alternativa às seriações em “escolas históricas” ou em “grandes figuras”, carecendo da complexidade que o debate necessita. Zubillaga pontua muito bem os imbróglis enfrentados por historiadores da historiografia uruguaia, ao debruçar-se sobre as questões levantadas acima:

El rasgo predominante en la producción referida ha sido el de la consideración de la historiografía uruguaya del siglo XX como un heteróclito conjunto de producciones que, respondiendo a “escuelas” o tendencias más o menos definidas, reconoció em

algunos autores “determinantes” lo sustantivo de su aporte. La visión del historiador como “creador” de sus temas y sus orientaciones metodológicas, con absoluta prescindencia de un análisis que contextualiza estas prácticas, culminó en ciertos casos en la formulación de un verdadero palmarés. Por otra parte, la frecuencia con que estos trabajos arribaron a la formulación de juicios (de alabanza y de desaprobación) sin sustento en referencias precisas a la producción de los historiadores, ha dado cauce a un riesgoso ensayismo basado en criterios de autoridad (ZUBILLAGA, 2002, p. 8).

Carlos Rama em texto de 1951, o qual recebeu novas edições até 1980 mantendo a mesma crítica, via os mesmos problemas apontados por Zubillaga já em sua época:

Em matéria de historiadores o país produziu já alguns, especialmente em História Nacional, ao lado da discutível, mas abundante, manifestação de professores autores de textos de índole diversa. Mas o conjunto de problemas agrupados em Teoria da História teve apenas alguns cultores entre nós. O facto de só tardiamente os estudos universitários se terem dedicado à História, e o atraso geral do país em matéria de bibliografia, etc, fez com que até há uns cinco anos só tivéssemos pequenos trabalhos de Luis D. Desteffanis, alguns artigos em revistas do fim do século ou teses universitárias e a obra de Aquiles B. Oribe no primeiro quartel do século XX (RAMA, 1980, p. 18).

Por mais que Rama estivesse se referindo a produção de Teoria da História, o autor tinha o entendimento que a História da Historiografia, ou como ele se refere à *História da História*, era uma disciplina particular da primeira. Uma vez que a Teoria da História seria “uma espécie de introdução aos estudos históricos”, aglutinando à metodologia da História, a História da História, a didática da História, a filosofia da História e a teoria da História entendida em sentido restrito. Sendo o conteúdo da História da Historiografia o estudo sobre “[...] diferentes historiadores ou épocas do pensamento histórico” (RAMA, 1980, p. 16).

O próprio Carlos Zubillaga cria uma polêmica com esta afirmação de Rama, na introdução de sua *Antologia del Pensamiento Historiologico Uruguayo* publicada em 1989. Na ocasião, o historiador rebate o mesmo excerto de texto de Carlos Rama citado acima, para afirmar que em função do tardio estudo dos problemas historiográficos nos planos de ensino superior no Uruguai, se acreditou que tais debates não ocorreram ou foram insuficientes.

Esta tardía incorporación de la problemática historiológica a los planes curriculares de la enseñanza superior pudo hacer creer que los temas en ella implicados carecieron con anterioridad de consideración significativa en nuestro medio. Sin embargo, el caudal de reflexiones sobre aspectos teóricos, metodológicos, técnicos e historiográficos verificable en la producción bibliográfica, hemerográfica y periodística del país a lo largo de casi un siglo y medio, configura el más rotundo mentís a una conclusión de aquella naturaleza (ZUBILLAGA, 1989, p. 2).

O que move tal crítica de Zubillaga parte do objetivo de sua antologia, ao recuperar e organizar textos produzidos por intelectuais uruguaios do século XIX até o início do XX, demonstrar que já existia uma preocupação com a teoria e metodologia da História no Uruguai:

Aquella y la presente selección constituyen acercamientos a un material historiográfico cuya exhumación y sistematización contribuirá a dimensionar de forma más cabal la Historiografía nacional, tanto como a discernir el grado de influencia que las corrientes predominantes en las ciencias históricas a nivel universal alcanzaron en nuestro medio y el ritmo preciso que registraron las eventuales permeaciones a que aquella influencia diera lugar (ZUBILLAGA, 1989, p. 3).

Considerando essa problemática, tomando os trabalhos de Carlos Real de Azúa, Silvia Rodríguez Villamil, Nelson Martínez Díaz, Carlos Zubillaga, Tomás Sansón Corbo e do próprio Carlos Manuel Rama, se buscará estabelecer uma visão heterogênea da historiografia uruguaia no século XX. Não partir de uma análise uniformizadora, nos permite mirar os anseios dos historiadores uruguaios no seio de suas discussões, como por exemplo, a definição de nação, a disputa das narrativas históricas sobre Artigas, os locais de produção historiográfica, assim como o próprio processo de profissionalização da pesquisa em História. Considerar a agência desses debates, complexificação e refina o trato para com a História da Historiografia uruguaia.

1.3 CARLOS REAL DE AZÚA

Carlos Real de Azúa, em seu texto *El Uruguay como reflexión*, publicado em 1969 na série fascicular *Capítulo Oriental n. 37*, realiza um dos primeiros ensaios sobre a historiografia uruguaia. Sua síntese sobre a produção historiográfica no Uruguai influenciou diretamente pesquisas posteriores, assim como o foco dado por esse na ligação entre a concepção de nação e a escrita histórica em si no território oriental. Real de Azúa pensou a historiografia uruguaia a partir de duas chaves metodológicas, que chamou de *velha escola* e *revisiónismo*. No caso, o revisionismo foi pensando no plural, uma vez que considerou as formas que este tomou tanto no Uruguai como na Argentina, influenciado pelos avanços propostos pela *Nova História*, pelo *Marxismo* e da *História Erudita, Docente e Documental*.

Ele começa o texto evocando a máxima de que “toda coletividade nacional possui uma determinada imagem de seu passado”, estando essa ancorada “na coerência, na intensidade, na extensão com que ela seja apreciada, representando um dos itens fundamentais de esse

consenso, de essa vontade de conviver que é tão essencial a força dos povos” (REAL DE AZÚA, 1969, p. 577). Ao postular a escrita da História em função do estabelecimento de uma narrativa nacional – invocando inclusive a figura de Artigas –, Real de Azúa contrapõe o Uruguai, enquanto unidade identitária, em relação aos seus colonizadores espanhóis e bonaerenses. A herança hispânica, assim como fatores físico-sociais, teriam sido responsáveis por mazelas como o caudilhismo, o atraso no desenvolvimento econômico, e a guerra civil desencadeada pelos tradicionais partidos *blanco* e *colorado* no início do século XX.

O texto de Real de Azúa, traz em sua tessitura uma preocupação com relação a quem e quais grupos construíram a narrativa sobre o passado uruguaio. Destacando que: "Tal visión de nuestro ayer, como siempre ocurre, era el resultado conjunto de determinadas influências, entre las que asume fundamental relevancia la contribución de labor historiográfico” (REAL DE AZÚA, 1969, p. 577). A forma como as comemorações nacionais, o ensino de “história pátria” nas escolas, experiências coletivas locais e familiares, e às narrativas criadas pelos partidos políticos, disputavam e até representavam certo perigo sobre como deveria ser escrita a história uruguaia.

É a partir dessa preocupação com a escrita sobre o passado uruguaio, que Real de Azúa propõe o entendimento do “fenómeno de extrapolación por el cual una sociedad proyecta sobre el sector temporal ya transitado o ciertas convicciones, o ciertas actitudes que el mismo presente ha promovido” (REAL DE AZÚA, 1969, p. 577-578). Para isso, utilizando-se dos conceitos de *velha escola* e *revisionismo*, ele enquadra a historicidade da historiografia uruguaia. A *velha escola*, seria uma corrente historiográfica paroquial e localista, a qual não estaria alinhada com o conceito moderno de História, como os fenômenos de sucessão interno e externo, elementos como “imperialismo”, “modernização” e “ideologia”, essenciais na análise de Azúa para historicizar os acontecimentos da nação. Seria essa por excelência uma *História de Personalidades*, marcada pela postura celebrativa e quase incapaz de se colocar criticamente, amplamente voltada para o viés político e militar.

Dedicada à narrativa dos fatos “assim como eles foram”, essa corrente historiográfica, ignorava elementos estruturais que perpassam a vida social, como os que influenciam os próprios âmbitos militar e político, privilegiando intrigas entre grandes figuras, ao final tendo como objetivo narrar guerras e demais conflitos. A produção desta historiografia da *velha escola* ficava restringida a advogados, servindo ao interesse destes próprios letrados, que utilizavam do discurso sobre o passado para consolidar dicotomias jurídicas, políticas, culturais, morais e psicológicas:

Lo que quiere decir también que lo vido del texto constitucional (o el relato de las infracciones a él) que el precario desarrollo de las instituciones del sumario aparato del Estado atraían también como un fácil y vistoso material historiográfico. Jurídicos (legalidad o ilegalidad), políticos (libertad y tiranía), culturales (civilización y atraso), morales o psicológicos eran los raídos patrones de juicio que apenas penetraban, que apenas podían levitar las densas, compactas congregaciones documentales (REAL DE AZÚA, 1969, p. 580).

Carlos Real de Azúa divide os historiadores ligados à *velha escola* em dois grupos: o primeiro composto pelos “pais fundadores” da disciplina em território oriental, Francisco Bauzá e Eduardo Acevedo, e o segundo derivado da influência dessas eminências como Luiz Alberto de Herrera, Carlos Ferres, Pablo Blanco Acevedo, Luis Enrique Azarola Gil, Horacio Arredondo, Alberto Zum Felde, Francisco R. Pintos e Juan E. Pivel Devoto.

Por mais que atribua parte da paternidade da disciplina de Clio a Bauzá, Real de Azúa o relega como um autor fora do campo historiográfico. O motivo para essa escolha, parte da crítica do autor a uma perspectiva romântica, espiritualista e racista na concepção de nacionalidade, presente na obra *La Historia de la Dominación Española en el Uruguay* de Bauzá.

Sendo assim, é ratificado a paternidade da historiografia uruguaia moderna, a figura de Eduardo Acevedo, responsável por elaborar uma das primeiras obras sobre Artigas em 1909, e uma série de anais sobre a História do Uruguai (REAL DE AZÚA, 1969, p. 578). Filiado ao tradicional partido *colorado*, para Real de Azúa, o trabalho de Acevedo destoa em função de sua laboriosa pesquisa, calcada na ciência positiva, considerando o esforço em conceber uma narrativa unitária acerca do passado uruguaio, “positivo sentido popular y nacional (que no excluía una firme vivencia de unidad platense) con que Acevedo concibió nuestra historia” (REAL DE AZÚA, 1969, p. 579).

Do segundo grupo de historiadores, coube um olhar mais atento às obras de Alberto Zum Felde, Francisco R. Pintos e Juan E. Pivel Devoto. Zum Felde, ensaísta e crítico literário, elaborou um trabalho de síntese sobre o processo histórico uruguaio no ano 1919, que segundo Real de Azúa, ainda em 1968, não havia sido superado junto à produção historiográfica uruguaia, considerando a forma como ele estabeleceu a relação dos fatos com sua interpretação (REAL DE AZÚA, 1969, p. 581). Pintos é classificado como fundador da corrente marxista-leninista na historiografia uruguaia, sendo ainda nos anos 1960 uma referência para esses estudos. Por fim, Pivel Devoto, considerado (REAL DE AZÚA, 1969, p. 581), como um dos historiadores mais prestigiados no cenário historiográfico oriental,

fervoroso nacionalista, foi responsável por dirigir a *Revista Histórica*, além de ser referência no campo da heurística. A obra de Pivel Devoto foi responsável por consolidar na produção historiográfica as concepções de *orientalismo y extranjerismo; campo y ciudad; caudillos y doctores; realismo y teoricismo*, utilizadas durante um tempo considerável para estabelecer a identidade nacional uruguaia.

Em contraponto à *velha escola*, as correntes historiográficas ligadas ao que Real de Azúa chama de *revisionismo*, estariam imbuídas de uma maior pluralidade em suas concepções e produção. O historiador pontua que o termo circula no ambiente historiográfico do Rio da Prata há algumas décadas, estando dotado inicialmente de um maior impacto político, do que de responsabilidade acadêmica. Ele cita exemplos de novas interpretações, provocadas por essa corrente acerca de episódios canônicos para a historiografia no Prata. Como o período Rosas na Argentina, sobre a defesa de Montevideu (1843-1851) organizada pelos *colorados* contra o sítio aplicado por Oribe e os *blancos* no Uruguai, e a Guerra do Paraguai.

Para explicar a complexidade da constituição dessa corrente, Real de Azúa contrapõe uma noção de *revisionismo* embasada no orgulho e inconsistência científica, ao que ele entende como um elemento constituinte da História em si:

[...] toda historia es “revisionista” en cuanto, de manera inexorable, reordena, completa, ensacha o contradice las evidencias de cualquier labor historiográfico anterior, ya lo haga deliberadamente o no, incorpore a lo conocido zonas del pasado aún no exploradas, o tenga acceso a masas de testimonio todavía no conocidas, o disienta en el estricto significado de hechos y procesos que ya estaban a luz del día.
(REAL DE AZÚA, 1969, p. 582)

Para Real de Azúa, o *revisionismo* para além de uma corrente historiográfica, é um elemento essencial para pensar a escrita da História. Uma vez que, a prática revisionista parte da consciência da parcialidade na produção historiográfica, um “ponto de vista ideológico situacional”, que vai desde os fatos escolhidos pelo historiador, até a forma como esse os engendra em sua narrativa. Logo, o tradicional paradigma da objetividade e neutralidade, reivindicado pela historiografia tradicional, nesse caso, caracterizada aqui como *velha escola*, seria posto em suspenso. No caso, tendo como fundo a historiografia argentina e uruguaia, a objetividade na pesquisa histórica representaria os interesses ideológicos e políticos da burguesia liberal ‘europeizada’, segundo Real de Azúa.

É importante ressaltar que o historiador, por mais que reconheça essa subjetividade na produção histórica reivindicada pelo *revisionismo*, ele se faz partidário de um bom uso da

objetividade para “por un saber con valor de 'verdad' al más alto nivel”:

Si toda historiografía, como todo esfuerzo científico de cualquier naturaleza que sea, se mueve en un curso libre, en una inducción recíproca, enriquecedora y espontánea entre las hipótesis de trabajo y los materiales que han de confirmarlas, retocarlas o destruirlas, no es posible confundir este "modelo" de actividad intelectual con la actitud que mediatiza a la confirmación puntual de cada tesis un sostén documental o veces perezoso, otras tendenciosamente congregado y casi siempre procesado con desprolijidad (REAL DE AZÚA, 1969, p. 583).

Após fazer essa ressalva, com relação ao comprometimento do historiador com a “verdade”, Real de Azúa pontua que o revisionismo argentino e uruguaio se colocou diante do processo de modernização europeia, implicado sobre os países do hemisfério sul, entre o século XIX e XX: “¿Uruguay, Argentina y sus vecinos de hemisferio pudieron y debieron modernizarse, lo hicieron efectivamente, siguiendo las líneas de la modernización europea occidental?” (REAL DE AZÚA, 1969, p. 583). Partindo dessa pergunta, à historiografia *revisionista* se colocou contra as mazelas provocadas pela ideia de modernização, uma vez que ela foi responsável por introjetar na historiografia, dualidades como às divisões “desenvolvidos e subdesenvolvidos”, que posteriormente foram incorporados a projetos políticos de dominação e exploração junto às nações latino-americanas. Real de Azúa pontua esse elemento de maneira positiva, uma vez que tal ingerência era um fator de atraso para constituição de uma historiografia nacional sólida, como a reivindicada na introdução de seu texto. Alguns fenômenos foram pontuados, para ilustrar os elementos que a historiografia *revisionista* estava se contrapondo:

La incidencia, por ejemplo, – virtualmente omnipresente en toda nuestra historia – de expansión imperialista de las potencias noratlánticas. La refracción del "hecho nacional" que, mal o bien, nuestras colectividades ya representaban. La función esencialmente "intermediaria" o "gerente" –tan distinta a la de los europeos– que nuestras "burguesías portuarias" cumplieron. La naturaleza mediatizada, unido en forma "umbilical" respecto al de las grandes metrópolis, del crecimiento económico y social que esos sectores dirigentes programaron y en buena parte lograron para nuestros países. La influencia enajenada y habitualmente paralizante de muchos prestigios ideológicos e intelectuales de Europa (piénsese en lo boga de las doctrinas racistas que dictaminaron de nuestra propia inferioridad como pueblos latinos, o católicos, o mestizos). Y esta enumeración podría, naturalmente, dilatarse (REAL DE AZÚA, 1969, p. 583-585).

Em meio a crítica estabelecida pela historiografia *revisionista*, perante a experiência moderna europeia, Real de Azúa destaca novamente que não há homogeneidade no seio dessa corrente, uma vez que poderiam se destacar vários grupos com interesses políticos e ideológicos distintos. A emergência das *culturas extranacionais*, como as suscitadas por

autores eslavos e africanos, seria um desses exemplos.

Outro caso, foi a revisão da consolidada dualidade *civilização e barbárie*, que foi questionada pelos historiadores dessa corrente, perante os debates do *moderno e o tradicional*, tentando inverter os lugares de poder ocupados por cada uma delas. Em última análise, esses historiadores estariam se contrapondo ao modelo integracionista europeu representado pela ideia de civilização, fazendo emergir desde os mais variados campos políticos e ideológicos, narrativas que buscavam na tradição a singularidade histórico-cultural de seus povos diante da escrita da história. Tomando exemplos de dois polos distintos, Real de Azúa discorre sobre o “*revisionismo de direita*” e o “*revisionismo de esquerda*”. O primeiro representado por uma corrente historiográfica argentina, que fundava suas análises em uma raiz hispânica e colonial, reivindicando assim uma narrativa sobre fatos e elementos no campo ético, político e moral que, para as lentes europeizadas, significaram o atraso. A segunda, ao privilegiar os campos econômico e social, lançou luz sobre as massas de trabalhadores e explorados, tentando positivar o caudilhismo, ressaltando a importância do proletariado organizado, e denunciando o jugo imperialista anglo-saxão em cooperação com as burguesias liberais locais.

Ambas, uma pelo viés conservador e outra pelo viés progressista, buscavam ou no passado idílico pré-capitalista e monárquico ou no protagonismo das massas populares e no horizonte de revolução social, sua própria interpretação acerca de como deveria ocorrer a escrita da história, mirando seus projetos de nação. Real de Azúa estabelece um paralelo entre essas correntes tão dissonantes, para mostrar como convergiam em uma repulsa à implantação de um modelo pronto e acabado, que não considerasse suas especificidades históricas e identitárias. O historiador, ainda aprofundou sua análise sobre três correntes *revisionistas* no Prata, que de alguma forma acabaram impulsionadas por esses mesmos motivos. A *Nova História*, o *Marxismo* e a *História Erudita, Docente e Documental*, carregaram os elementos que aprofundaram a separação entre os primeiros historiadores uruguaios, e a intelectualidade formada a partir do século XX.

A *Nova História* representaria um rasgo profundo com a historiografia tradicional e erudita, pois trouxe para o labor do historiador o enfoque nos campos econômico, social e cultural, utilizando de fontes até então pouco exploradas como documentação privada, relatos de viajantes, propagandas comerciais publicadas na imprensa, dentre outras. Essa conotação ampla abrangência, segundo Real de Azúa, um grupo de historiadores de nível internacional, destacando a proeminência de alguns grupos e figuras.

"La nueva historia" económica, social y cultural, es probablemente de todas nuestras corrientes actuales la que tenga una más notoria suscitación europea, si se admite que poseen prestigio magistral para ella el equipo de la revista "Annales", hombres como el grande y llorado Marc Bloch, Ferdinand Braudel, Lucien Febvre, Ruggiero Romano, Charles Le Goff y otros. Aunque tampoco hay que olvidar ni el valor pionero de la obra de Gilberto Freyre, ni la del español Jaime Vicens Vives ni la del venezolano Germán Carrera Damas. Pero son los argentinos José Luis Romero y Tulio Halperin Donghi, muy vinculados desde tiempo atrás a la parte más viva y útil de nuestra Facultad de Humanidades y a nuestra Universidad los que más han influido con sus clases, sus obras, su acción de presencia, sobre este sector historiográfico. (REAL DE AZÚA, 1969, p. 586-588)

Esse campo do *revisiónismo* historiográfico, a partir da interpretação de Carlo Real de Azúa, foi responsável por atualizar a escrita da história, destacando seu papel na consolidação da pesquisa historiográfica profissional em território uruguaio. Por mais que ele se preocupe com a adoção de interpretações estruturalistas, já que tal método poderia deixar os estudos históricos demasiadamente “sociológicos” os campos de abrangência da *Nova História*, são demasiadamente exaltados por Real de Azúa. É importante observar, que para além da supracitada escola dos Annales, se faz uma menção a historiadores brasileiros, espanhóis, venezuelanos e argentinos, com destaque para esses últimos. As figuras de José Luis Romero e Tulio Halperín Donghi ganham uma maior visibilidade por estarem diretamente ligados com a consolidação do campo historiográfico uruguaio contemporâneo, com seus trabalhos fundadores juntos à *Facultad de Humanidades* da *UdelaR*. Tais historiadores, formaram os principais quadros da historiografia uruguaia posterior, sendo destacado por Real de Azúa, Gustavo Beyhaut, Carlos Visca, Emilio Reus, Roque Faraone, Luis Carlos Benvenuto e Juan Antonio Oddone. O historiador argentino Emilio Revignani, ainda é destacado por seu trabalho de “singular transcendência”, na fundação e consolidação do *Instituto de Investigaciones Históricas*.

1.4 SILVIA RODRÍGUEZ VILLAMIL

Com base nesse texto fundador de Carlos Real de Azúa, outros historiadores se debruçaram sobre a historiografia uruguaia, acrescentando e questionando as correntes apresentadas e delimitadas pelo historiador. Tal divisão entre *velha escola* e *revisiónismo*, se faz presente de forma repaginada no texto *Nuestra Historia y los jóvenes*, de Silvia Rodríguez Villamil, publicado na *Enciclopedia Uruguaya n. 57*, de 1969. Partindo da pergunta “como os jovens concebem a investigação histórica?”, Rodríguez Villamil traça um panorama acerca da

produção historiográfica uruguaia do início do século XX à geração de 1945, passando pelo que ela nomeia – assim como Real de Azúa –, de *revisionismo* e *Nova História*. A historiadora, ao elaborar esse trabalho de síntese, busca compreender qual o papel dos novos investigadores, tomando em consideração o legado deixado por seus predecessores, assim como qual foi o objeto de conhecimento desses e sobre quais bases embasaram suas pesquisas.

Em um primeiro momento, Rodríguez Villamil estabelece um recorte temporal de 1880 a 1945 para estabelecer uma primeira fase da historiografia uruguaia. Citando Oddone, por mais que essa pudesse ser dividida entre duas correntes “la tendencia filosofante, propicia al ensayo interpretativo y a la fundamentación causal; y la corriente erudita, que tendió a la construcción historiográfica integrada con el aporte documental y la depuración crítica” (ODDONE apud RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 132), a historiadora prefere pensar esse primeiro momento de forma unificada. Não destacar as diferenças existentes entre essas duas tendências, foi justificado por ambas carregarem similaridades em suas concepções de finalidade para a História.

No caso, essa historiografia estava marcada pelo alto clamor nacionalista, patrocinado pelas elites locais, valorando às relações de poder entre os dois partidos políticos dominantes, *blanco e colorado*. A narrativa dos historiadores desse período se esforçava em solidificar a ideia de um Uruguai independente e autônomo,

[...] el fundamentar la nacionalidad comenzó a interesar a toda una oligarquía consolidada antes de sufrir el impacto de las últimas oleadas inmigratorias de la segunda mitad del siglo XIX, y para la cual el creciente cosmopolitismo de la población constituía una amenaza (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 132).

Solidificar a identidade uruguaia, serviria de base para solidificação do projeto político oriental diante de seus rivais históricos, Brasil e Argentina.

Para demonstrar como ocorre esse centramento em um passado uruguaio individualizado, totalmente desligado dos demais países da região, Rodríguez Villamil cita a obra de Bauzá, na qual um sentimento de “predestinação” se faz presente, em que o historiador identifica dos povos charruas ao período colonial um *ethos* nacional uruguaio. Essa interpretação é extremamente valorizada pelos projetos políticos e sociais pelos quais passava a produção de Bauzá, mas ao mesmo tempo a historiadora utiliza dessa narrativa para demonstrar o que embasava à pesquisa historiográfica nesse momento:

En primer lugar – y dadas las premisas de que partía – resultó una Historia limitada al estrecho marco de las fronteras nacionales, sin noción de las magnitudes relativas que asumían los fenómenos internos con respecto a los que tenían lugar en el resto del mundo. Se trataba además de una Historia superestructural, que relegaba el estudio de problemas básicos. El desconocimiento de los fundamentos económicos y sociales de los acontecimientos que describía, proporcionaba una imagen convencional y en el fondo ficticia del pasado. Interesaban sobre todo los aspectos políticos y militares, y también los argumentos jurídicos y el estudio de las instituciones. Todo el enfoque revelaba la influencia de la escuela positivista. El historiador trabajaba más con ideas que con realidades, basándose exclusivamente en el análisis de determinados textos escritos, y reduciendo a un mínimo la elaboración del material. No se concebía una reconstrucción del pasado histórico en su totalidad; la realidad conocible era tan solo el contenido de cada documento en particular, o sea, aquello que determinados hombres habían pensado acerca de determinados hechos. Por eso la Historia no salía de lo fáctico, de la enumeración de datos, y se analizaban siempre acontecimientos aislados de corta duración (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 133-134).

O foco numa narrativa voltada para o período colonial, assim como a elevação de Artigas como figura central a ser desvelada, marcam essa primeira fase da historiografia uruguaia, entre a erudição, “objetividade” e fetiche pelos documentos oficiais. É importante ressaltar que o trabalho de Rodríguez Villamil já está amparado pelas críticas mobilizadas pelos *Annales* e a historiografia, e isso fica evidente ao final de seu texto quando aborda a preocupação com as análises estruturais voltadas para o âmbito econômico e social. Deve-se ressaltar que a historiadora busca transcender esses campos, por mais que parta deles, em uma espécie de convocação aos jovens investigadores do campo historiográfico.

Rodríguez Villamil identifica na influência da *Nova História Argentina*, representada na figura de Ravignani e seu trabalho junto à *Facultad de Humanidades y Ciencias*, o *turning point* na produção historiográfica uruguaia. Seria a geração de historiadores de 1945. A gênese do *revisionismo* e estabelecimento da *Nova História* em território oriental, abrindo novas perspectivas de pesquisa, assim como aprimorando a própria práxis historiográfica no país.

O que caracterizaria essa corrente, em primeiro lugar seria a sua heterogeneidade, assim como “Fueron los iniciadores de una Historia más viva, más real e inteligible; tal vez por el hecho mismo de que no negaron la profunda conexión existente entre el pasado y sus preocupaciones como hombres del presente” (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 134). Essa forma mais viva de se trabalhar a História incluía pensar o Uruguai em uma perspectiva rio-platense ou latino-americana, negar à “objetividade” na análise documentalista, reconhecer fatores como o imperialismo estado-unidense e a óptica europeia junto ao ideal de “modernização”.

Esse “latinoamericanismo”, como bem pontua Rodríguez Villamil, “ha sido hasta

ahora más que nada un postulado teórico, sin el consiguiente reflejo en su enfoque y su metodología para el estudio de nuestro pasado” (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 134-135), e marcou profundamente o trabalho dos filiados de um novo momento na historiografia uruguaia. Estando neste rol as figuras de “Gustavo Beyhaut, Barrán y Nahum, J. A. Oddone, Luis C. Benvenuto, Roque Faraone, y – en la vertiente marxista –, Julio C. Rodríguez, Lucía Sala de Touron y Nelson De la Torre” (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 135). Para a historiadora essa renovação historiográfica ocorre em consonância com o momento de crise, materializado no espaço de experiência dessas figuras, suscitando aquilo que ela pontua como “o verdadeiro historiador”, figura sempre inquieta com os problemas da época em que vive.

Por mais que o texto de Rodríguez Villamil possa ser enquadrado como uma pesquisa de História da Historiografia uruguaia, ele também está significado enquanto um panfleto ou mesmo manifesto aos demais historiadores de seu tempo. Escrito às vésperas da ditadura cívico-militar no Uruguai, o texto de Rodríguez Villamil busca colocar o fazer historiográfico no lume de um processo emancipador perante à sombra dos gendarmes: “El correcto conocimiento de nuestra historia, posibilitará la elaboración de una estrategia política más ajustada para el futuro” (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 138). Impelido por essa concepção de fazer à História, Rodríguez Villamil situa essa corrente *revisionista* representada pela *Nova História*, como a principal influência para se pensar metodologicamente os caminhos da produção historiográfica, já que essa deveria refletir os interesses de seus concebedores, não significando que esses comprometem o compromisso com “as verdades”.

Por fim, o trabalho de Rodríguez Villamil, fortalece essa relação de distanciamento com uma historiografia nacionalista da *velha escola*, que aborda Real de Azúa, jogando o foco na produção de uma História provinda da periferia, que ajude a compor um determinado projeto político, que deveria estar fortalecida pela identidade platina e latino-americana, em resistência à submissão econômica e social implicada pelas nações europeias e os EUA. Assim como cada vez mais abranger em seu campo de análise as questões de luta pela terra, os embates da população do campo em relação à “modernização” de sua produção e as próprias questões geradas pelo capitalismo em si. Essas questões, que para historiador não seriam candentes apenas ao Uruguai, mas para toda a “pátria grande”, deveriam ainda passar por uma nova relação com outros campos das Ciências Humanas:

Es fundamental para la investigación histórica, no sólo el aporte de las ciencias auxiliares tradicionales, sino además el contacto fecundante con otras disciplinas

como la Economía, Sociología, Psicología, Antropología, Lingüística, Geografía, etc. Cada vez más concebimos estos contactos bajo la forma de un trabajo en equipo, interdisciplinario. La investigación centrada en torno a problemas, facilitaría por otra parte esta labor cuya necesidad se siente más agudamente cada día. Pues' nuestra conclusión última es que no creemos ya en la existencia de barreras o límites fijos que separen las distintas ciencias humanas (RODRÍGUEZ VILLAMIL, 1969, p. 139).

1.5 NELSON MARTINEZ DIAZ

Um dos primeiros textos destinados a desenvolver mais profundamente as bases lançadas por Real de Azúa e Rodríguez Villamil foi *La Historiografía uruguaya contemporánea*, de Nelson Martínez Díaz, publicado em 1983 na revista *Quinto Centenario*. Esse trabalho visava estabelecer uma perspectiva ampliada acerca da produção historiográfica uruguaia, tendo a noção de não conseguir abraçar à totalidade sujeitos e vertentes pertencentes a essa. Como observa o próprio autor:

[...] no aludiremos a todas las obras de un autor, ni será posible mencionar todos los historiadores, sino que nos remitiremos a aquellos trabajos que estimamos representativos de un intento por abrir líneas inéditas en la historia uruguaya, por abordar nuevos problemas o enriquecer el horizonte de la disciplina con modernos enfoques (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 39-40).

Essas obras historiográficas que se encaixam nessa perspectiva de um novo horizonte para a disciplina, com modernos enfoques, se encaixam na dicotomia *velha escola e nova história*, construídos por Real de Azúa, e presente nas demais investigações empenhadas posteriormente. A nova questão que Martínez Díaz traz, refere-se ao fato de que a produção empenhada pelos historiadores filiados à *nova história*, não ter significado um real rompimento com a produção historiográfica tradicional. Na leitura do historiador, a renovação historiográfica uruguaia está ligada à influência braudeliana, e conseqüentemente dos *Annales*. Devido a esse aspecto, pesquisas embasadas em escrever sobre o passado, “deixando que os fatos falarem por si só”, não considerando o espaço de produção no presente e a agência do próprio historiador, já nascem defasadas.

Martínez Díaz estabelece uma preocupação com a forma em que o historiador produz o conhecimento histórico, questionando os seus critérios, como seleciona os fatos, como esse é influenciado por elementos culturais e sociais, além da ação proveniente de seu tempo. A busca por um conhecimento objetivo, ao final das contas se tornaria asséptico, já que o trabalho erudito voltado em boa parte do tempo à heurística, não daria mais conta de suprir às necessidades da temporalidade experienciada pelo historiador contemporâneo, do qual fala

Martínez Díaz.

A *velha escola* teria sua gênese na produção historiográfica argentina do século XIX, tendo na obra *Facundo* de Sarmiento uma de suas principais referências. Calcada em figuras como Guizot e o romantismo francês, a produção de figuras como Sarmiento e Mitre direcionaram a forma como a intelectualidade uruguaia irá se relacionar com “seu passado”. Para Martínez Díaz, um dos principais problemas metodológicos para a historiografia uruguaia se encontrava nas definições elaboradas pelos “precursores”, como os caracterizou Real de Azúa. Embasada basicamente em fatos e crises políticas, esses primeiros historiadores elaboraram conceitos que se incorporaram de forma metanarrativa ao discurso histórico uruguaio. Sem que se questionasse sua historicidade e carga semântica, conceitos como *campo-cidade*, *caudillos-doutores* e *feudalismo* foram aplicados como modelos para o que se tornou a narrativa histórica nacional oficial.

Segundo o autor, caberia qualificar essa produção como descritiva e não explicativa, elucidando que essas dicotomias que supostamente dariam às relações de força no Uruguai, não existiria, assim como à aplicação do conceito de *feudalismo* estar ligada com à aplicação do modelo historiográfico francês perante a realidade oriental:

Esta preocupación por medir el alcance real de las contradicciones entre dos ámbitos humanos claramente distintos tiene su origen en las primeras décadas de la vida nacional. Es que los historiadores del siglo XIX y aquellos que, en cierto modo, heredaron su visión del mundo histórico en la primera mitad del actual, poseían una idea del progreso muy contaminada por sus fuentes europeas, y esta idea le confería a la ciudad el papel de territorio vinculado a las pautas de la civilización, cercado por las hostiles montoneras que guiaban los caudillos rurales (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 42-43).

Juan E. Pivel Devoto, um dos historiadores que poderia ser caracterizado como representante da *velha escola*, seria um dos responsáveis por atualizar esses conceitos dicotômicos, assim como mobilizar o *feudalismo* na narrativa histórica nacional. Para Pivel Devoto, a *estância* poderia ser lida como uma representação de núcleo feudal, o que Martínez Díaz refuta, ao mobilizar os estudos de José Pedro Barrán e Baltasar Nahum, para afirmar que “se sostiene difícilmente em la comparación que con el feudalismo clásico realiza” (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 40). A atualização dos debates acerca dessa questão corresponderia aos estudos realizados, tomando às relações econômicas no meio rural, assim como a incrementação dos demais aportes propiciados pela historiografia renovada pela *nova história*. Ao considerar que “estamos lejos, encontences, de tener una visión coherente sobre ciertos periodos de la historia nacional”, e que “no será eludiendo los obstáculos, sino

aceptando los desafíos que ellos proponen, que se encontrará la respuesta a los problemas que reclaman la atención del historiador” (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 45), Martínez Díaz traça as grandes linhas de produção historiográfica uruguaia no século XX.

Dividindo entre o que foi escrito no início do século XX até 1950, e a produção posterior a essa data, Martínez Díaz estabelece uma relação que perpassa a noção de *velha escola* e *nova história*, por mais que continue crítico aos historiadores filiados à primeira corrente, ele divide a produção historiográfica uruguaia de acordo com os lugares de escrita dos historiadores. A primeira metade do século XX, ainda seria marcada por historiadores amadores, normalmente advogados, que não possuíam um vínculo institucional mais ligado aos seus partidos do que a instituições de pesquisa como a *UdelaR*. A segunda metade do século XX, para além de marcar a presença dos historiadores provenientes do processo de profissionalização, com a criação da *Facultad de Ciencias y Humanidades*, outras instituições paralelas formam quadros importantes como o *Museo Histórico Nacional* e o *Archivo Artigas*.

Francisco Bauzá, Eduardo Acevedo, Pablo Blanco Acevedo, Luis Enrique Azarola Gil, Horacio Arredondo, Alberto Zum Felde, Carlos Ferrés, Luiz Alberto de Herrera, Francisco R. Pintos, Bernardo P. Berro, Manuel Herrera y Obes, Isidoro de María, Carlos María Ramírez, Juan Zorrilla de San Martín e C. L. Fregeiro são citados por Martínez Díaz como representantes da produção historiográfica no Uruguai da primeira metade do século XX. É importante lembrar, que independente desses comporem essa corrente caracterizada como *velha escola*, suas produções são heterogêneas.

Como já apontado por Real de Azúa e Rodríguez Villamil, Martínez Díaz reforça a figura dos primeiros historiadores como filiados a uma historiografia partidária, na qual os intelectuais *blancos* e *colorados* tinham como objetivo disputar os significados acerca do processo de independência nacional, reivindicar seus antepassados patrícios, e culpabilizar um ao outro em razão de extermínios ou conflitos civis. A dicotomia entre campo e cidade é inaugurada por esses historiadores, cabendo aos intelectuais do partido *blanco* a defesa de um passado povoado por caudilhos patrícios, enquanto os intelectuais do partido *colorado* exaltavam os valores do progresso e civismo como caminho para formação de uma elite dirigente. Francisco Bauzá, pertencente ao partido *colorado*, seria um exemplo, com sua produção que destaca as crises no regime colonial, ocasionado pelas forças econômicas e sociais promovidas pela noção de progresso na contrapartida das forças caudilhescas do campo, sinônimo do atraso e barbárie.

Eduardo Acevedo, outro representante do partido *colorado*, é lido por Martínez Díaz como um elemento de ruptura dentro da História Tradicional, pois com seu método positivista, ele não faz um simples ordenamento documental, preocupando-se com questões referentes à economia, política, demografia, cultura e instituições do Estado uruguaio. Pablo Blanco Acevedo, utiliza do conceito de *luta de portos*, para estabelecer uma narrativa histórica que não se limite ao lado oriental do Prata, incluindo às relações econômicas existentes com Buenos Aires. Luis Enrique Azarola Gil, Horacio Arredondo, Alberto Zum Felde e Carlos Ferrés teriam sido, segundo o historiador, os responsáveis por elaborar as primeiras narrativas com rasgos de História Social, Sociologia e História das Mentalidades.

Luis Alberto de Herrera por um lado, e Francisco R. Pintos por outro, seriam duas figuras proeminentes no revisionismo historiográfico uruguaio. O primeiro, figura proeminente do partido *blanco*, tendo sido presidente do Conselho Nacional de Administração do Uruguai, foi uma das principais figuras do *revisionismo nacionalista*, como apontou Rama, e também Martínez Díaz. Esse, citando o historiador argentino Tulio Halperin Donghi, relaciona a produção de Herrera ao caso argentino:

El revisionismo era, desde su origen, antes que una escuela de investigación histórica, un esfuerzo para sustituir a una cierta imagen del pasado nacional otrora juzgada más apta para justificar ciertas actitudes frente al presente. Ello suponía, sin duda, una concepción de la historia misma en la que la utilidad práctica y actual de ésta tenía primacía sobre su dimensión cognoscitiva (DONGHI apud MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 48).

No caso de Herrera, coube positivar o passado oribista, intimamente ligado ao período Rosas na Argentina, elemento esse pertencente à narrativa histórica do partido *blanco*. Na contramão, Francisco R. Pintos, assim como destacado por Real de Azúa, é a primeira figura no Uruguai a fazer uma leitura marxista da História do país. Sua obra para além de sedimentar a gênese de tal corrente em território oriental, também foi responsável por positivar elementos referentes ao governo *colorado*, presidido por José Battle y Ordóñez.

Segundo Martínez Díaz, esse primeiro grupo de historiadores, altamente marcados pelas disputas fratricidas dos dois principais partidos do país, teve no projeto de reavivar a figura de José Gervasio Artigas, seu ponto de convergência: “Así, pronto su actuación suscitó un fuerte movimiento polémico, y condujo a una revaloración del proceso histórico, al tiempo que las sucesivas variantes interpretativas un pulsaron un afinamiento de la actitud crítica” (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 49). Devido a ser uma figura extremamente polissêmica, Artigas ganhou inúmeras narrativas, as quais Juan E. Pivel Devoto compilou e analisou em

seu texto *De la leyenda negra al culto artiguista*, publicado no jornal Marcha em 1950. Pivel Devoto, acaba sendo um ponto de inflexão entre as concepções provenientes da *velha escola* e o arcabouço teórico mobilizado pela *nova história*.

A historiografia uruguaia pós-1950, seria marcada por uma renovação e redistribuição do espaço de poder na escrita da História. Juan E. Pivel Devoto, sob o comando da *Revista Histórica*, ficaria responsável por levantar o estandarte da ideia de História Nacional, figura de grande destaque nos debates com as correntes de vertente marxista e braudeliana. O próprio Nelson Martínez Díaz, tem sua base epistemológica na produção francesa do pós-1950, isso é demonstrado pela forma como essa análise a produção historiográfica uruguaia na segunda metade do século XX. É a partir dos campos elaborados ou hegemônicos pelos historiadores filiados aos *Annales*, *História Econômica*, *História Social*, *História Demográfica* e *História das Mentalidades*, além das correntes referentes ao marxismo, que ele acabou por enquadrar os trabalhos dos historiadores orientais.

Como bem aponta Martínez Díaz, esses novos historiadores não abandonaram o trabalho empírico, constituinte da gênese da prática historiográfica, mas foram responsáveis por estabelecer uma relação que transcende a narrativa descritiva, para um interpretativo do conhecimento histórico:

La atención de este periodo se ha centrado – tal vez como intento de superar las ya mencionadas tendencias de la vieja escuela, pero sin duda con el propósito de analizar problemas del pasado cuya extensión al presente se intuía – en la historia económica, la demográfica, el relevamiento monográfico de la evolución seguida por algunas ciudades, y la atención al desarrollo experimentado por instituciones de vanguardia, como la Universidad, a la vez que en el intento de análisis de algunas parcelas de la historia de las ideas (MARTÍNEZ DÍAZ, 1983, p. 56).

A *UdelaR*, principalmente a partir da criação da *Facultad de Ciencias y Humanidades*, executa esse papel de renovação na escrita historiográfica uruguaia. A questão é que para além dos campos citados por Martínez Díaz, como de História Econômica e Demográfica, correntes vinculadas a outros projetos historiográficos também se solidificaram. Como aponta Zubillaga e Sansón, essa instituição marca o período de profissionalização com a pesquisa historiográfica, professores como Lincoln Machado Ribas, o espanhol Claudio Sánchez Albornoz e os argentinos José Luis Romero e Emilio Ravignani, dentre os anos 1940 e 1950, dedicaram-se a alterar às concepções dentro do processo de introdução aos estudos históricos, assim como o próprio método de produção historiográfico.

2 DA HISTÓRIA OBRERA A HISTÓRIA SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA SÍNTESE ENTRE OS MEIOS ACADÊMICOS E MILITANTES

Dentre os vários campos em que Carlos Manuel Rama transitou, seja dentro ou fora da historiografia, é importante ressaltar sua produção voltada para a História Social, considerando o recorte privilegiado dado por ele à América Latina, Espanha, movimentos sociais e/ou grupos dentro da esfera socialista e progressista. Tal escolha parte do que foi levantado no primeiro capítulo, onde é constatado num primeiro momento a sua marginalização ou esquecimento da *Memória Disciplinar* na Historiografia Uruguaia.

Considerando o tempo de produção do autor e o ineditismo de uma análise mais detida sobre sua obra, é interessante esmiuçar os caminhos seguidos e propostos por ele no início dos anos 1950. Época em que realizou o seu doutoramento na França e trabalhou em intercâmbio com destacados historiadores e historiadoras de várias partes do mundo, transitando e relacionando-se com figuras *profissionais* e *não profissionais* do labor historiográfico.

A justificativa pela escolha dos trabalhos voltados à História Social, para além do colocado anteriormente – e em meio a outros temas e disciplinas desenvolvidos durante a vida do autor – se dá em função de alguns motivos: o primeiro é com relação ao ineditismo à época de sua produção em História Social no território uruguaio, como abordado no primeiro capítulo, vigorava um estilo de produção historiográfica tradicional, focada exclusivamente em eventos políticos e personalidades laureadas; o segundo, parte da relação de engajamento político e comprometimento de sua produção com as demandas de seu presente; o terceiro, por seu foco em atores e atrizes marginalizados até então no discurso historiográfico, como anarquistas, afro-uruguaios e mulheres.

2.1 HISTORIADORES *AFICIONADOS*, SEMIPROFISSIONALISMO E A PROFSSIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA HISTÓRIA NO URUGUAI (1940-1950): OS CAMINHOS DE CARLOS RAMA PARA A PRODUÇÃO DE SUA HISTÓRIA SOCIAL

Para dimensionar o grau de ineditismo da obra de Carlos Manuel Rama entre os anos 1940 e 1960, cabe analisar a genealogia feita pelo historiador Rodolfo Porrini (2005, p. 18) em seu trabalho *La Nueva clase trabajadora uruguaya (1940-1950)*. Nela o autor elenca historiadores uruguaios, que no período temporal em questão se dedicaram a escrita de uma *Historia de la clase obrera*, que como será debatido mais a frente, foi tomada como sinônimo de História Social. Porrini utiliza três marcadores em seu balanço: a História escrita por

militantes, a produção de historiadores profissionais e o aporte de outras ciências sociais. Rama é encaixado no segundo marcador, aparecendo como precursor na produção de trabalhos no campo, desde uma escrita profissional.

Mesmo em comparação com o que Porrini chama de *historia de los militantes*, a produção de Carlos Manuel Rama de uma *História Obrera* tem apenas na figura de Francisco R. Pintos um antecedente. Por mais que a partir de uma depuração do que se publicava desde o final do século XIX em revistas, jornais, conferências escritas, transmissões de rádio e discursos de rua é possível averiguar a presença dos debates que movem o estudo da História do Movimento Operário, será primeiro em Pintos, pelos *militantes*, e depois em Rama que se encontrará um trabalho mais sistematizado (PORRINI, 2005, p. 19).

As categorias utilizadas por Porrini de historiadores *militantes* e *profissionais* merecem uma reflexão mais aprofundada na sequência do trabalho. Isso por não haver uma total concordância com a forma que elas são empregadas e seu fim de distinção entre as figuras que estão vinculados à produção institucional, e aqueles que escrevem História de maneira independente. Importante ressaltar que não há total concordância pelo fato de podermos debater a coexistência de militância e produção historiográfica profissional, e não necessariamente com relação às convenções metodológicas que regem a disciplina. Por exemplo, cabe observar de forma breve os pontos característicos dos trabalhos de Pintos e Rama apontados por Porrini, já que mais a frente será colocado em suspensão o quão “objetiva” é essa produção *profissional*. Como adverte o próprio autor: “No obstante estos aspectos generales diferenciadores, el ‘profesional’ no está exento de cierta dosis de subjetividad e ideología (no siempre explícita) en los diversos pasos de su búsqueda” (PORRINI, 2005, p. 29).

Segundo Porrini (2005, p. 19), a produção de Francisco R. Pintos, mesmo com as delimitações provenientes de sua forma de entender a História, correspondeu a um aporte pioneiro para o conhecimento das lutas operárias em território uruguaio. Analisando do passado colonial oriental até o ano de 1957, Pintos buscou entender a história uruguaia como *processo*, aplicando uma leitura do materialismo histórico semelhante a leitura de mundo feita pelo próprio *Partido Comunista de Uruguay*, do qual era membro. Metodologicamente utilizou como fontes periódicos de esquerda, sindicais e publicações estatísticas oficiais, as quais recorria em citações frequentes em seus trabalhos. O que Porrini adverte é com relação a forma em que Pintos construía seu labor historiográfico, muito em função das crenças citadas anteriormente, era recorrente uma leitura teleológica da história uruguaia,

hierarquizando determinados acontecimentos em detrimento de outros, criando e reforçando alguns silêncios.

Tais *prejuicios* desta escrita *militante*, aqui exemplificada na figura de Pintos, mas também observada em outros historiadores levantados por Rodolfo Porrini, estabelecem num primeiro momento diferenças cruciais, para o autor, em relação ao *labor profesional*. Sendo a escrita dessa *Historia del Movimiento Obrero/Historia Obrera/Historia Social* fortemente calcada na ideologia de seus autores e/ou grupos, voltada para servir como arma no *combate* político e dos movimentos sociais organizados a principal. O historiador ainda completa:

En este sentido, la inclusión y a la vez exclusión de ciertos hechos en el relato, revela una cronología propia y una jerarquización efectuada desde una “línea” sindical; sus análisis e interpretaciones constituyen un buen campo para bucear en la mentalidad y cosmovisión de un sector o una orientación social y política, pudiéndose volver fuentes documentales de primer nivel (PORRINI, 2005, p. 28).

Em contrapartida, Porrini ao iniciar seu debate sobre a contribuição dos historiadores *profissionais* para a configuração do campo de uma futura História Social no Uruguai, coloca a figura de Carlos Manuel Rama como precursor desse tipo de produção, destacando seus trabalhos desde os idos dos anos 1950. De maneira breve, o historiador uruguaio (PORRINI, 2005, p. 24) destaca a produção de Rama voltada para a experiência de organizações anarquistas, a qual partia dos aspectos da vida sindical e cultural dos trabalhadores envolvidos em tais grupos, principalmente durante o *primeiro battlismo*. Porrini ainda cita algumas obras de destaque de Rama como *Battle y el movimiento obrero y social* de 1956, *Obreros y anarquistas* de 1969 e *Historia Social del pueblo uruguayo* de 1972.

Por mais que seja citado de forma breve no trabalho de Rodolfo Porrini, Carlos Manuel Rama é colocado como um dos precursores na escrita de uma *História Obrera profesional*. A qual inclusive regula temporalmente com os trabalhos precursores entre aqueles historiadores não-profissionais, tipificados como *militantes*, o que agrega mais elementos para sustentar esse recorte. Para além, se considerarmos as categorias utilizadas por Porrini, *militante* e *profissional*, Carlos Manuel Rama poderia ser um caso que se encontra no entremeio dessas definições.

O autor objeto desta pesquisa é fruto direto do processo de profissionalização da historiografia uruguaia, com constituição da *Facultad de Humanidades* na *Universidad de la República* no final dos anos 1940, em consonância com a atividade que manteve durante toda sua vida nas mais diversas formas de movimentos e organizações políticas e sociais. Se Rama se diferencia de Francisco Pintos pela preocupação com as ferramentas, metodologias, teorias

e fontes para a produção historiográfica, no fundo ele mantém uma posição de engajamento que está diretamente ligada às suas escolhas e objetos de pesquisa.

Para levantar essa questão, cabe recorrer ao renomado literato Ángel Rama, que ressalta a verve militante do irmão mais velho, em texto escrito para homenagear Carlos após o seu falecimento em 1982. Ángel afirma que a Guerra Civil Espanhola foi responsável por orientar uma geração inteira, uma educadora política e intelectual de milhares de jovens na América Latina, nesse caso especificamente no Uruguai. Seguindo ainda o relato de Ángel, esses jovens frequentavam de maneira massiva assembleias solidárias, apedrejaram fascistas locais e juntaram fundos para a República Espanhola. Em meio a essa catarse, seu irmão Carlos viveu com afinco o desenrolar de tal conflito, sendo provavelmente o momento que teve seus primeiros contatos com o anarquismo:

No sé si fue entonces, o aun antes, que [Carlos Rama] había descubierto al anarquismo, pero fueron los colores de la F.A.I (Federación Anarquista Ibérica) y la columna Durruti los que entraron en mi casa, con azoro de mis padres... Yo sólo tenía diez años y aunque mi camino había de ser muy otro en la vida, allí conocí a los poetas que invocaban el nombre de España y leí carradas de Kropotkin, Bakunin, Reclus, Tandaner y me saqué la ropita de monaguillo y renuncié a la Acción Cristiana y a la Iglesia, para desconsuelo de mi madre que siempre debió soñar con un hijo cura. (RAMA apud BARROS-LÉMEZ, 1986, p. 10)

Longe de querer construir uma narrativa biográfica ilusória sobre a figura de Carlos Rama, lhe colocando predicados superdimensionados ou ainda lhe atribuindo um “mito fundador militante”, trazer o relato de Ángel Rama ao texto tem como objetivo analisar como esses interesses militantes se converteram em produção historiográfica. A Guerra Civil Espanhola, que alimentou seu espírito durante a juventude, foi objeto de estudo na *Sorbonne*, onde realizou seu doutoramento que posteriormente viraria o livro *La Crisis Española del Siglo XX*. E isso foi uma constante durante toda sua vida, cabendo ainda citar os trabalhos que analisaram as crises no Uruguai pré-golpe militar, a Revolução Cubana, o Governo Allende no Chile, a atuação da Associação Internacional dos Trabalhadores na América Latina no final do XIX, os refugiados das ditaduras latino-americanas, dentre muitos outros exemplos.

Voltando para o texto de Ángel Rama, Carlos pareceu seguir a citação de José Martí, a qual pregou na porta de seu quarto quando ainda tinha 17 anos: “El que tolera la infamia y la codea en paz, es un infame: abstenerse no basta, se há de luchar contra ella...” (RAMA apud BARROS-LÉMEZ, 1986, p. 11). E uma das formas de luta, ou ainda de não ser tolerante com a infâmia na trajetória de Carlos Manuel Rama, se deu por sua produção acadêmica e

comprometimento com os atores coletivos que analisou e as questões demandadas por seu tempo. Seus trabalhos de História Social/História do Movimento Obrero correspondem a uma das facetas e caminhos seguidos por Carlos Rama, dentre tantos que ficam abertos para pesquisas futuras. Mas sua análise, para além de preencher um espaço pouco debatido pela *Memória Disciplinar* da Historiografia Uruguaia, nos traz questões referentes à História Social voltada aos movimentos sociais e organizações revolucionárias, o engajamento e o próprio processo de escrita da História.

Considerando o processo de profissionalização da formação em História no Uruguai, no final dos anos 1940 com a fundação da *Facultad de Humanidades* e o *Instituto de Profesores Artigas*. Assim como as políticas públicas de incentivo à formação de profissionais fomentadas pelo governo uruguaio no final dos anos 1940/1950 e o fortalecimento de organizações sociais e sindicais após a ditadura de Gabriel Terra, se dará o ponto de partida para a análise dos trabalhos de Carlos Manuel Rama.

Carlos Rama é um fruto direto de um período em que se está implementado a profissionalização da pesquisa historiográfica em território uruguaio; como já abordado anteriormente, a historiografia uruguaia até os anos 1950 era composta em praticamente sua totalidade por historiadores não-disciplinares. O *Homem de letras*, segundo Zubillaga (2002, p. 147), era a figura predominante em território uruguaio até esse período, não deixando de existir após o processo de profissionalização, mas disputando a legitimidade do discurso historiográfico com o ascendente campo disciplinar. Esta figura era pertencente principalmente às classes mais altas de seu tempo, em sua grande maioria vinculados aos dois partidos tradicionais, o *Blanco* e o *Colorado*. Zubillaga distingue esses primeiros historiadores, no masculino por ser composta de maneira exclusiva por homens, como *paleohistoriadores*, ou seja, estabelecendo um ponto clivagem a partir do paradigma disciplinar.

Esses historiadores de antes da História enquanto disciplina se caracterizavam por desenvolver seu trabalho de maneira diletante, sem um contato próximo de seus pares, por mais que houvesse um certo nível de troca, normalmente tudo era feito de maneira isolada. Essa falta de diálogo acabava por acarretar uma falta de compromisso com os mínimos critérios metodológicos durante suas pesquisas, normalmente estabelecendo uma relação de apropriação do tema estudado, quase como se aquela figura fosse dona daquilo que pesquisará, o que gerava muitos conflitos com outros autores que buscavam disputar o seu “tema”, principalmente quando a abordagem ia na contramão dos interesses do primeiro.

Nesse campo conflituoso, que em boa parte do tempo era uma das faces do combate entre *blancos* e *colorados*, foi se normalizando práticas extremamente nocivas, como esconder arquivos, desaparecer ou até mesmo destruir fontes, para evitar seu uso por *paleohistoriadores* rivais.

Zubillaga ainda pontua que esse perfil, hegemônico nos primeiros cinquenta anos, não ocupava exclusivamente a função de pesquisador, sendo em sua maioria políticos, advogados, médicos, jornalistas, diplomatas dentre outros. Ou seja, funções ocupadas em sua maioria por indivíduos que possuíam influência sobre o campo político tradicional. O que segundo o historiador uruguaio, ainda se refletia na forma como se relacionavam com a História, sendo esta vista como um depósito de um passado de glórias, do qual poderiam se beneficiar, criar suas narrativas à parte, ou seja, o que não os obrigava a manter um rigor metodológico com relação ao que produziam.

De certa forma, a produção desses *paleohistoriadores* se configurava muito mais como uma escrita sobre si do que uma narrativa que abarcasse uma variedade significativa de atores políticos e sociais. Zubillaga (2002, p. 148) justifica que como estas figuras pertenciam a um setor social tradicional da elite uruguaia, enraizados na herança senhorial, escrever sobre o passado era o mesmo que escrever sobre suas famílias e seus interesses. O que fez, por exemplo, que a produção de genealogias tenha sido uma frequente, além do fato de essas mesmas pessoas se confundirem com os próceres da “Pátria”.

Em um momento em que a Universidade da República de Montevideu não possuía uma formação específica para o campo historiográfico disciplinar e os arquivos não estavam disponíveis ao público em geral, essas figuras em boa parte das vezes eram responsáveis por acumular para si toda a documentação histórica. O que por um lado era reflexo de sua condição social, já que a documentação era referente aos seus próprios familiares, e ao mesmo tempo facilitava sua produção autocentrada e de pouca abertura para disputa do discurso histórico.

Como aponta Zubillaga (2002, p. 148-149): “De todas formas, la naturaleza subsidiaria de esta vocación, nunca permitió a estos cultivadores de la historiografía, un ejercicio riguroso, pleno, escrupuloso y autocrítico”. Ao contrário, seus escritos em boa parte das vezes eram os pioneiros sobre os temas pelos quais versavam, sendo produzidos em curtos espaços de tempo e normalmente a toque de caixa, se consolidando como definitivos. Em prólogo ao livro *El General Rivera y la Campaña de Misiones (1828)*, editado em 1914, o advogado Alberto Paloqueme descreve em detalhes essa práxis:

Se escribe en medio de la pobreza y de las rudas tareas de la profesión liberal que desempeñamos para ganarnos el pan diario. Escribimos, pues, por placer, en minutos perdidos, arrebatados a nuestras obligaciones. De ahí que lo hagamos a la disparada, sin mayores pretensiones, guiados por el deseo de ilustrar un punto interesante, aprovechando los documentos casualmente venidos a nuestras manos; temerosos de que puedan desaparecer, o que la muerte nos arrebate, o que la vorágine política nos quite el tiempo para llenar las cuartillas. Ni las emulaciones del escritor, ni el interés del lucro, existen entre nosotros (PALOQUEME apud ZUBILLAGA, 2002, p. 149).

Zubillaga cita alguns exemplos desses *paleohistoriadores* como Francisco Bauzá, jornalista e político; Alberto Paloqueme, advogado; Raúl Montero Bustamante, gerente do Banco da República Oriental do Uruguai e José M. Fernández Saldaña, Juiz de Paz e deputado pelo partido *Colorado*. Todos eles, por mais que com abordagens diferentes – Bauzá, por exemplo é frequentemente considerado o patriarca da historiografia uruguaia –, partem de um grande compromisso ético e de uma responsabilidade de classe com os seus pares da então elite econômica do Uruguai.

Considerando que esses primeiros historiadores uruguaio não possuíam um compromisso com os paradigmas epistemológicos para a produção de uma História Disciplinar, ao contrário, Zubillaga afirma que sua intenção era extra-científica, laudatória e inspirada por "interesses partidarios; por afirmaciones de clase; por reivindicaciones ideológicas, filosóficas, religiosas o familiares" (ZUBILLAGA, 2002, p. 150). A História literalmente lhes pertencia, e pelo fato de terem fundado o discurso oficial acerca do que seria o passado uruguaio, estabeleceram fronteiras e legitimidade para apagar os atores que não dialogassem com a sua narrativa. De certa forma, pela pena desses *Homens de Letras*, se continuavam a dominação, supressão e assassinato dos anônimos que morreram nas guerras civis e nas lutas sindicais do início e na passagem do XIX para o XX.

Os anos 1940 e 1950 são paradigmáticos para o campo historiográfico uruguaio, pois é neste período que se começa a esboçar um compromisso mais voltado para disciplinarização e profissionalização da História, o que também é central para as disputas pelo passado *oriental*. Zubillaga tipifica que entre essa forma inicial de escrever história, e a posterior consolidada pela criação do curso de História junto a *Facultad de Humanidades y Ciencias da UdelaR* e a entidade de formação docente *Instituto de Profesores Artigas*, houve um período semi-profissional.

Importante ressaltar que essa tipificação não é vista pelo historiador uruguaio como algo linear, ou que aconteceu de forma de sucessão ou superação, as formas de escrita da

História coexistiram a partir dos anos 1940, quando o semiprofissionalismo já era uma realidade, estabelecendo um constante combate no decorrer dos anos. É importante aqui destacar essa etapa semiprofissional, pois é nela que a História foi encarada de maneira mais relacionada aos aparelhos do Estado em sua forma republicana, do que com a individualidade das famílias tradicionais e o modelo senhorial:

A diferencia del historiador aficionado, el semiprofesional (de actuación sobre todo en las décadas de 1940 y 1950) asumió su labor como parte de una obligación del Estado por profundizar en su identidad, por reafirma los elementos sustantivos de la nacionalidad, por percibir los rasgos peculiares en referencia al contexto regional y mundial. Si también entonces hubo tesis esgrimidas con firmeza, estas refirieron a procesos que englobaban al conjunto de la sociedad; se trató de un saber sobre el pasado que en lugar de profundizar las diferencias, intentó superarlas en aras del interés nacional (ZUBILLAGA, 2002, p. 150).

O Estado aparece como meio possível para a produção do saber histórico, principalmente a partir de instituições como o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, a Universidade da República de Montevideu, o Arquivo Artigas e posteriormente com a criação do Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Humanidades e Ciências da UdelaR, essa última para o final da década de 1940. Pode se dizer que as reformas implementadas pelo presidente José Battle y Ordóñez em seu segundo governo, de 1911-1915, continuadas em partes na constituição de 1918, tiveram uma importância significativa para a consolidação dessas instituições. Por mais que o Uruguai tenha vivido durante os anos 1930 um governo de cunho ditatorial, sob a égide de Gabriel Terra, eleito pelo processo institucional, mas que em 1933 com apoio do exército e do *Partido Nacional* efetuou um golpe de Estado, permanecendo na presidência do Uruguai até 1938, o labor histórico enquanto atividade pública não foi totalmente prejudicado.

A diferença, para Zubillaga (2002, p. 151), do historiador semiprofissional para o profissional se encontrava ainda no âmbito teórico e metodológico, pois o perfil das pessoas que exerceram a função de pesquisa nessas etapas em questão é bem similar. Há uma mudança do perfil que antes realizava pesquisa durante o tempo vago, utilizando em boa parte de seus arquivos familiares, para o historiador e a historiadora que faziam isso de maneira integral usando o material oferecido pelas instituições estatais. Se antes a composição era de figuras privilegiadas, provenientes da elite uruguaia, o recrutamento desses novos pesquisadores ocorre principalmente na classe média ascendente, beneficiados pela educação pública em todos os níveis, com destaque para os filhos de imigrantes.

É nesse ponto que entra Carlos Manuel Rama, filho de imigrantes galegos, o historiador uruguaio fez sua formação durante esse período semiprofissional, ou seja, anterior a criação do Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Humanidades e Ciências/UdelaR. Rama fez o curso de Direito, exercendo durante um tempo ainda no início dos anos 1950 a profissão de advogado, mas ele se dedicou totalmente ao labor da pesquisa profissional, principalmente após tornar-se professor na *Facultad de Humanidades y Ciencias* e no *Instituto de Profesores Artigas*.

Un rasgo peculiar de estos historiadores semiprofesionales fue, asimismo, el de su formación diversa, no necesariamente específica (en su mayoría, parcial, o totalmente relacionada con el Derecho), por cuanto no existían en el país instituciones de enseñanza terciaria o superior destinadas a la capacitación en Historia. De allí el autodidactismo, aunque más riguroso que en caso de los aficionados, y una cierta preocupación por acercarse a “maestros”, aún a través de modalidades de aprendizaje no curricular o no formal (ZUBILLAGA, 2002, p. 151).

Rama foi aluno do historiador Lincoln Machado Ribas na *Cátedra de Investigaciones Históricas*, a qual era oferecida junto ao curso de Direito como pontuado anteriormente. Segundo Zubillaga (2002, p.161), a cátedra funcionou como um seminário, na qual recrutou seu alunado junto a professores e professoras secundaristas e normalistas, alunos de preparatórios e estudantes da Faculdade de Direito, como Carlos Rama. Os principais temas abordados no programa se relacionam ao estudo da vida institucional da universidade, a história de fundação de alguns de seus institutos, a atuação social e política da Universidade, o desenvolvimento de práticas pedagógicas e temas pioneiros como o movimento feminista na segunda metade do século XX no Uruguai:

Entre los alumnos que participaron de estas actividades se contó un núcleo de futuro docentes de la Facultad de Humanidades y Ciencias (Carlos Rama, Lucía Sala, Gustavo Beyhaut), así como del Instituto de Profesores “Artigas” (además de los primeramente nombrados, Washington Reyes Abadie), todos los cuales revelaron – según palabras de Machado Ribas – “por las investigaciones históricas, un interés digno del mayor encomio (ZUBILLAGA, 2002, p. 161).

Posteriormente a cátedra foi integrada ao Instituto de Investigações Históricas, sendo ministrada por Carlos Rama, após a saída do próprio Machado Ribas. O ponto importante dessa reflexão sobre o processo de profissionalização da História no Uruguai, está nesse entre-caminho da primeira geração de historiadores a partir dos anos 1950, principalmente pela sua íntima ligação com os espaços não acadêmicos. Ao analisar Carlos Rama e os espaços ocupados por ele tanto no Uruguai como na Europa nesse momento, cabe a reflexão

se a assimetria entre *historiador militante* e *historiador profissional*, faz sentido nesses termos em questão ou em outros, como o próprio método e a disciplina. Tal reflexão se faz necessária uma vez que quando estamos tratando de um campo da História Social, o engajamento implícito ou explícito aparece como um ponto importante no debate, sendo inclusive utilizado como forma de desqualificação a partir de práticas *ad hominem*.

2.2 O IFHS (*INSTITUT FRANÇAIS D'HISTORIE SOCIALE*) E O INÍCIO DA HISTÓRIA SOCIAL EM FRANÇA

Pontuar de maneira breve este período em questão ocorre pois é nele que agraciado por uma bolsa de estudos financiada pelo governo uruguaio, Carlos Manuel Rama realizou seu doutoramento na *Sorbonne*, tendo contato com figuras que movimentaram as esferas do campo historiográfico, principalmente a partir da França durante longos anos, como Ernest Labrousse e Pierre Renouvin. Para Roberto Ceamanos Llorens (2007, p. 127), sua formação historiográfica deve muito à sua estadia na Paris dos anos 1950, onde conheceu as principais vertentes de investigação da História Social francesa, então majoritariamente direcionada para o estudo do movimento operário e social.

Afora os trabalhos ligados ao grupo dos *Annales*, nesse campo também se destacavam as pesquisas de Édouard Dolléans e Jean Maitron. O primeiro, responsável por escrever *Histoire du mouvement ouvrier*, trabalho de suma importância para a então incipiente *Historia Obrera*, na qual em três tomos o historiador francês versa sobre os caminhos percorridos pelo movimento operário europeu e sua relação com as nascentes raízes do socialismo, abarcando dos anos 1830 até sua atualidade nos anos 1950. O segundo, responsável por escrever *Histoire du mouvement anarchiste en France, 1880-1914*, precursor nos estudos sobre o anarquismo na França, que para Ceamanos Llorens (2004, p. 16), “sua [obra] foi a primeira grande tese de *Historia Obrera*”. Como cita C. Chambelland (apud CEAMANOS LLORENS, 2004, p. 15), Jean Maitron teve como motivação pesquisar o movimento anarquista francês, em decorrência da depreciação sofrida por este por parte da política dominante, a linha do PCF à época e por historiadores tradicionais.

Para além do campo historiográfico, cabe ressaltar a relação com o sociólogo Georges Gurwitsch, figura que pode servir de chave para a compreensão da relação de Rama com outras disciplinas para além da historiografia, como por exemplo seus trabalhos de sociologia do Uruguai e América Latina. Transbordando o espaço formal de formação, outra esfera que foi

fundamental durante esse período inicial corresponde aos dos arquivos e institutos tocados por historiadores *profissionais e não profissionais*, esses mais organicamente ligados a organizações políticas e sociais, como por exemplo bibliotecas de grupos anarquistas, sindicatos e partidos.

Aqui cabe a citação de algumas dessas figuras e organizações, como por exemplo os membros da CNT que estavam no exílio francês, principalmente através do jornal *Solidaridad Obrera* e a *Revista Cenit*, os quais contaram com grande fluxo de contribuições de Carlos Rama durante os anos 1950 e 1960. Renee Lamberet ocupou outro ponto importante; historiadora e militante anarquista, trabalhou ao lado de Max Nettlau, considerado por muitos como o *Heródoto da Anarquia*, em função de seu pioneirismo no ofício de Clio perante a tradição acrata. Para além dessa relação, Lamberet foi uma das responsáveis pela fundação do IFHS (*Institut Français d’Histoire Sociale*) ao lado dos já citados Jean Maitron e Édouard Dolléans, entre outros. Este instituto teve um papel preponderante para o desenvolvimento da História Social francesa, a partir da intersecção de historiadores e historiadoras ligadas ao ambiente acadêmico e outras ligadas a organizações políticas e sociais, estando Carlos Manuel Rama completamente submerso nesse ambiente.

É a partir desse entrelaçar de relações, que será tecido a análise sobre o desenvolvimento da História Social na obra de Carlos Manuel Rama. Como citado anteriormente na introdução do trabalho, há o entendimento aqui que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural” (CERTÉAU, 1982, p. 66). Logo, para esmiuçar e compreender a produção do historiador uruguaio, não cabe apenas uma análise hermenêutica de sua obra, mas sim um depurar das relações que envolvem a operação historiográfica. Para além do que está impresso nas folhas amareladas de papel, é importante considerar suas afinidades, crenças, vínculos acadêmicos, círculos de pesquisa, grupos editoriais, militantes, identitários, dentre outros. Compreendendo e/ou colocando em suspenso o porquê de suas escolhas, como exemplo o seu recorte privilegiado entre atores políticos ligados a grupos dissidentes como anarquistas, socialistas minoritários, afro-uruguaiois, feministas, dentre outros.

Cabe aqui entender o que foi mobilizado naquele período pelo historiador, qual sua metodologia de análise, objetivos e relações, qual seu entendimento sobre funções e usos do passado, da História enquanto disciplina e seus recortes temático e temporal. Para isso neste capítulo será analisada a historicidade do conceito de *Historia Obrera* e *Historia Social* na França e Espanha dentre os anos 1940-1960; quais revistas, organizações, instituições e

indivíduos publicaram e/ou estiveram diretamente ligado ao seu período de formação, principalmente durante o doutoramento na França; e uma discussão acerca das vicissitudes entre os conceitos de *historiador militante* e *historiador profissional*, e como ambas concepções estão diretamente ligadas ao trabalho de Carlos Rama e a própria concepção de História Social seguida pelo historiador.

2.3 O CASO FRANCÊS E O ESPANHOL (1940-1960): A RELAÇÃO ENTRE MILITANTES E ACADÊMICOS PARA FORMAÇÃO DA HISTÓRIA SOCIAL NOS ANOS 1950 E SUAS NUANCES

Para estabelecer uma gênese da História Social na França e Espanha, um bom ponto de partida está no período pós-Segunda Guerra Mundial. Tal escolha não é arbitrária, considerando a emergência de dúvidas, questionamentos e busca por saídas que episódios traumáticos, como o citado conflito e a Guerra Civil Espanhola tiveram para ambos países. Foi na História, dentre outras disciplinas do campo das humanidades, que se buscou mirar o passado próximo e o mais *lejano* para tentar explicar e compreender as origens dos conflitos, das crises e a justificativa para as atrocidades, falhas, derrotas e quais legados haviam ficado.

Foi dentro da historiografia praticada nos dois países em questão, que podemos identificar o surgimento de um subcampo que de variadas formas, tentou buscar responder alguns desses questionamentos, assim como abrir caminhos para um novo *porvenir*. Em uma simbiose de espaços institucionais tradicionais com espaços ocupados por figuras mais comprometidas com o que poderíamos chamar de militância política e social, situa-se a gênese da História Social francesa e espanhola. A História Social neste momento, entre os anos 1940 e 1950, possuía uma outra denominação, comumente sendo conceituada como *História Obrera*, que numa tradução livre para o português poderia ser chamada de *História Operária*.

É importante ressaltar que História Social e História Obrera aqui estão demarcadas a partir de uma semântica diferente, ou que não necessariamente corresponde com o uso corrente das que são dadas no presente. Está se discutindo e historicizando um momento e espaço em que boa parte dos grupos entendia o social como sinônimo de classe, longe de ser um privilégio dos trabalhos lançados por figuras ligadas às correntes marxistas, *classe* ou *classe operária* foram categorias amplamente analisadas e utilizada no campo das ciências sociais neste período em questão.

Para desenhar melhor esse contexto cabe citar o que afirma o historiador espanhol Roberto Ceamanos Llorens, ao dizer que para esse momento de emergência do campo, *História Obrera* era sinônimo de *História Social*:

Más que historia obrera, se escribió la historia del movimiento obrero que recibió la denominación de historia social por el convencimiento de que la clase obrera era el motor de la sociedad – o bien, en el caso español, por la necesidad de utilizar un eufemismo que evitara la censura (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 147).

Ao identificar essa característica, Ceamanos Llorens vai de encontro a uma das três definições desenhadas por Eric Hobsbawn (2013, p. 80) em seu texto *Da História Social à História da Sociedade*, publicado em 1972. De acordo com o historiador inglês, ao tempo da escrita do texto, havia uma grande dificuldade para definir o que era História Social, muito inclusive pelo fato de não ter havido interesse acadêmico e profissional em defini-lo até os idos dos anos 1970, sendo normalmente referido a partir de três definições que se sobrepunham.

Hobsbawn afirmou que a definição mais comum era a que empregava o *Social* em combinação com uma determinada História Econômica, considerando que a porção "econômica" das análises se sobrepunha diante da "social"⁸. Outra definição corrente era a que utilizava o *social* como forma de abranger uma diversidade de atividades humanas de tortuosa classificação como "usos, costumes e vida cotidiana". No caso, segundo o historiador, esse tipo de história não era voltado para o estudo de classes subalternas, mas sim como uma "história com a política deixada de fora".

Por fim, a definição em questão que vai de encontro com que se produzia na França e na Espanha dentre os anos 1940 e 1950, e que influenciou de maneira vertical a produção de Carlos Rama. Hobsbawn argumenta que a História Social aqui referia-se à uma *História dos de Baixo*, mais especificamente aos movimentos sociais que empregam alguma forma de luta, seja com intenções reformadoras ou de ruptura a fim de modificar a vida dessas pessoas. De maneira mais refinada, o historiador inglês define que os termos utilizados aqui para definir essa História Social poderiam ser de uma "história do trabalho, das ideias e organizações socialistas", já que o foco em questão estava muito mais nos movimentos e episódios de luta popular, do que necessariamente nos "de baixo". Tal característica, fortemente ligada a

⁸ No texto Hobsbawn fala da revista alemã *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, a qual Rama publicou um texto em 1956 "Die sozialen bewegungen in Lateinamerika während de 19". Tradução em alemão de seu texto "Os movimentos sociais na América Latina durante o século XIX", de ampla divulgação na época e sendo publicado inclusive em português pela Revista de História da USP em 1957.

vínculos afetivos e ao engajamento, desenhou bem o perfil dos e das historiadoras que se relacionaram de alguma forma com esse tipo de produção:

Por razões óbvias, esse vínculo entre a história social e a história do protesto social ou movimentos socialistas permaneceu forte. Diversos historiadores sociais foram atraídos para o tema porque eram radicais ou socialistas e como tal se interessavam por assuntos que para eles possuíam grande importância afetiva (HOBSBAWM, 2013, p. 80).

Logo, quando se utilizava o termo *social* se fazia como sinônimo de classe operária ou “dos de baixo”, uma vez que esses referentes moviam significados análogos ao conceito de *motor da História*. Produzir essa *História da Classe Operária* ou *História dos de Baixo*, para esses historiadores pressupunha que seus objetos de estudo se ligavam diretamente com sua militância e engajamento político.

Pode-se argumentar que essa noção de engajamento se faz presente tanto na História Social que se conforma num primeiro momento na França ainda denominada História Obrera, como no caso espanhol. Mesmo que o *social* no segundo caso servisse mais como camuflagem contra a censura franquista para a produção de trabalhos que compartilhavam a análise histórica com um fim panfletário. Partindo de uma leitura própria, é difícil não considerar que o engajamento político foi compartilhado por essas figuras que estavam dentro e fora dos ambientes tradicionais de produção histórica, e esse *leitmotiv* ligava-se diretamente à necessidade de se produzir uma *História a contrapelo*. O desejo de dar luz àquilo que foi massacrado e excluído da História, no caso, a trajetória, conquistas, legados e enfrentamentos da classe operária e dos grupos nela inseridos, estando ligados a várias correntes socialistas, destacando o anarquismo para o caso espanhol.

A Guerra Civil Espanhola deixou marcas profundas ao fim do conflito, com o regime franquista impondo grandes barreiras ao desenvolvimento da História Social, ao mesmo tempo em que servia como episódio central para as discussões decorrentes do nascente campo. Na França, o cenário foi diferente, servindo inclusive como ponte para a escrita da História Social espanhola, considerando o fato que o país recebeu muitos refugiados do conflito de 1936. Ceamanos Llorens ressalta que logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, se recobrou de pronto a vida intelectual francesa, tendo a historiografia obrera se beneficiado disso, por mais que para o autor tenha pecado de parcialidade ao focar seus interesses basicamente na história política do mundo do trabalho, restringindo o que entraria dentro da noção de *social*. A chave para a análise passava pelo conceito de classe operária (*clase*

obrero), de maneira ampla, abrangendo uma grande gama de vinculações políticas dos autores, não se restringindo à leitura marxista do conceito de classe:

Su trabajo mantuvo la pujanza de una historia del movimiento obrero escrita por autores vinculados a organizaciones de izquierda, una historia hagiográfica que no era tomada en serio fuera de los ámbitos militantes. Sin embargo, fue decisiva en cuanto que desde ella se inició la construcción de los pilares que permitieron edificar una historiografía obrera fuerte y respetada que logrará finalmente penetrar en el mundo universitario (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 148).

A *Historiografía Obrera* desse período visualiza a convergência entre quem estava dentro e quem estava fora da Universidade, uma junção de esforços entre a “hagiografia” produzida por militantes de movimentos sociais e a produção profissional, que se aproximou destes através de bibliotecas, grupos de estudo, arquivos, etc. O historiador Roberto Ceamanos Llorens segue por um caminho parecido ao de Rodolfo Porrini, ao utilizar do conceito de *historiadores militantes* para diferenciar estes grupos da produção historiográfica profissional e/ou disciplinar. Retomando o debate feito anteriormente quando tratado das definições utilizadas por Porrini, fica o questionamento: até onde essas categorias são válidas, ou de uma forma mais branda, quais são as suas limitações?

A crítica com relação a metodologia empregada por esses *historiadores não-profissionais* é válida por um lado, uma vez que podemos enumerar uma quantidade significativa de obras produzidas por eles que seguem o modelo de glorificação de grandes personalidades revolucionárias. De uma forma simplista, poderia-se dizer que quase como uma versão à esquerda do modelo identificado normalmente como tradicional de escrita da História. Deixando desbotado grupos, fatores, forças e embates, quando não se excluiu deliberadamente determinados episódios ou recortes.

Só que a noção de um *historiador militante* deixa implícito a existência de um *historiador não-militante*, que seria essa figura moralmente maior ou tecnicamente mais preparada, que não deixaria suas paixões transparecerem em sua produção. Podendo assim qualificar estes trabalhos, que não seriam mais feitos desde o âmago da *ideia*, mas que passaram a transmitir mais sobriedade através de uma apuração metódica, abarcando fatores diversos e utilizando mais ferramentas epistemológicas.

A crítica que pode ser feita ao historiador espanhol, em um primeiro momento não se dirige a diferenciação metodológica e seus méritos qualitativos, mas ao estabelecer uma linha entre o que é neutro e o que não é, implicando sobre a produção desses *historiadores profissionais* uma característica que dificilmente pode ser alcançada em qualquer campo de

produção de saber. Em maior ou menor grau a produção histórica é influenciada por fatores multidimensionais que podem ir desde aspirações pessoais, vínculos políticos, sociais, geográficos, identitários, monetários, institucionais, dentre muitos outros, que implícita ou explicitamente irão marcar o produto final da escrita histórica. O que não significa a possibilidade de uma relativização total da produção de saber, o famoso “vale-tudo”, mas sim que ao fim e ao cabo mesmo uma História produzida por *historiadores profissionais*, pode estar marcada por motivações e fins que caberiam dentro de um rótulo *militante*.

Para não cair em uma dicotomia, correndo o risco de escalonar uma História maior de uma menor, se faz importante analisar a produção desses historiadores não-profissionais a partir de suas escolhas, metodologias, motivações e ligações. Sabendo identificar os usos do passado feitos por estes, assim como os inserir na relação com a historiografia profissional francesa e espanhola dos anos 1950/1960 ao passo de igualdade, uma vez que a produção do que podemos chamar de História Social não partiu só dos Movimentos Sociais ou só da Universidade, mas em uma união de esforços de ambos espaços.

Para Ceamanos Llorens, o fator preponderante para que ocorresse o desenvolvimento da História Social, desde o caso francês, mas que servia de modelo para outros países como a Espanha, corresponde a legitimação e incorporação do campo a partir do mundo universitário. Ele (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 149) afirma que até os anos 1950, a *História Obrera* havia sido escrita basicamente por militantes, e só havia penetrado no âmbito universitário a partir de casos isolados de especialistas específicos. Estando na figura de Ernest Labrousse e seus alunos, com seus trabalhos desenvolvidos no período, a responsabilidade por legitimar tal área perante o meio acadêmico.

A partir desse período, Ceamanos Llorens faz uso da definição utilizada por Maurice Agulhon ao representar a plenitude do conceito de História Social desde duas vertentes, uma tradicional centrada na História do movimento operário e vinculado ao meio militante, e uma renovada relacionada com a estatística, a economia e a sociologia. Pois bem, por mais que a guinada dada, principalmente a partir dos alunos e alunas de Ernest Labrousse para o estudo da História Social tenha ampliado as possibilidades de pesquisa e dado mais ferramentas para análise, com destaque aos trabalhos de Michel Winock sobre a influência de Jean Allemane e o nascimento de uma corrente *allemaniste*; Madeleine Rebérioux com estudo do socialismo anterior a 1914; Annie Kriegel com as origens do comunismo; Claude Willard analisando a introdução do marxismo na França; Roland Treppe com a tese sobre a formação do proletariado industrial e sua profissionalização, a partir do caso dos mineiros de Carmaux;

Maurice Agulhon com estudo das origens da tradição republicana francesa; Michelle Perrot com o estudo das greves, lançando mão de um referencial teórico interdisciplinar para sua análise com uso da sociologia, psicologia social, economia e linguística; e Yves Lequin com estudo dos trabalhadores na região de Lyon na França; cabe aqui uma crítica pontual a forma como Ceamanos Llorens analisou o desenvolvimento da História Social (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 152).

Pode se dizer que sem a intersecção do que foi chamado aqui de *historiadores profissionais e militantes*, o desenvolvimento da História Social ficaria preso a esquemas que mais falariam de especulações abstratas do que do objeto que este campo da historiografia se propõe estudar. Nas palavras de Ceamanos Llorens:

Eran los obreros quienes tomaban las decisiones y ello exigía otros métodos que tuvieran en cuenta su conciencia. Éste fue un gran cambio respecto a la historia que se venía escribiendo desde Annales y la historia económica y social "labrousienne". No eran las determinaciones estructurales los principales agentes de los procesos históricos, sino los hombres, sujetos conscientes que debían ser tenidos en cuenta en el análisis de los fenómenos sociales (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 151).

Gabriel (1995, p. 44) afirma que a historiografia produzida por militantes, tanto em França como Espanha, era excessivamente "ideológica" e "politizada", o que para o historiador em questão se justificaria por sua época, pela luta contra o franquismo por exemplo, mas que para a atualidade seria obsoleta e nebulosa. Além de ser incapaz de superar o institucionalismo e o descritivismo, abusando dos métodos mais retrógrados de se escrever História, o que ele chama de um "historicismo político ultrapassado".

Por mais que possamos concordar que o descritivismo e institucionalismo, apontados por Pere Gabriel, podem estabelecer uma narrativa pouco afeita ao *métier* do historiador disciplinar, sua justificativa para desqualificar o *historiador militante* é praticamente a mesma utilizada por Porrini e Ceamanos Llorens. Deslocar o ideológico e o político do campo disciplinar só é possível a nível da defesa de um método historiográfico, que está muito mais próximo daquilo que Gabriel chama de "historicismo político ultrapassado", do que efetivamente garantir uma neutralidade da escrita histórica. Se a biografia de um militante destacado não segue critérios disciplinares, deixa buracos em sua sustentação documental dentre outros problemas que podem afetar sua validação, ela ao mesmo tempo trás à cena a voz do desconhecido, a presença de quem passaria invisível caso não tivesse sido registrada pelos seus companheiros de militância ou apoiadores. Ceamanos Llorens, por outro lado,

destaca como o envolvimento do campo disciplinar com o campo não-disciplinar “militante”, fortaleceu os vínculos interdisciplinares:

En estas investigaciones fue muy importante la colaboración de las restantes ciencias sociales. Los historiadores trabajaron en estrecha relación con economistas, sociólogos, lingüistas, antropólogos y demógrafos, diálogo que favoreció el interés por aspectos del mundo obrero distintos a su movimiento organizado (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 152).

É na efervescência do Pós-Guerra, na relação de sindicatos, bibliotecas e centros sociais com as universidades, que foi possível nascer a História Obrera, posteriormente nomeada História Social na França. Sem os primeiros não seria possível construir a síntese deste campo, ou seja, o resultado para a construção teórica da História Social se fez em conjunto, não em processo evolutivo gradual de um grupo para o outro. O que implica afirmar que os e as historiadores/as disciplinares que se envolveram neste processo, estavam intimamente ligados aquilo que buscavam estudar, sem *assépticismos*.

O político enquanto elemento ativo em qualquer atividade humana é a máxima para o entendimento da relação entre *acadêmicos* e *militantes*, isso fica mais evidente quando juntamos o caso francês ao caso espanhol. Ceamanos Llorens afirma que, enquanto na França dos anos 1950-1960, a História Obrera se escrevia já desde as universidades, de forma disciplinarizada com aplicação dos métodos científicos e com a disponibilidade de recursos financeiros, na Espanha a situação era diferente:

Elorza llamó la atención sobre la pobreza de la historia obrera escrita en España desde 1939. Cuando, por ventura, se había publicado un libro – casi siempre en el extranjero –, se había tratado de la biografía edificante de un dirigente exenta de toda garantía científica. Era preciso desacralizar la historia obrera, para lo cual era vital penetrar en la universidad, proceso que, finalizado ya el Franquismo, se estaba iniciando. Tras décadas de estancamiento, se abría un prometedor futuro para la historiografía obrera española que, con un itinerario totalmente diferente del recorrido por la francesa, había atravesado las décadas centrales del siglo xx con más pena que gloria. (LLORENS, 2008, p. 153)

Em função da Guerra Civil Espanhola e a ascensão do franquismo a partir de 1939, a historiografia que versava sobre o movimento operário e os demais aspectos sociais em Espanha ficou extremamente restrita aos círculos de militantes, principalmente no exílio, sendo a França um dos principais destinos destas figuras. Considerando o que foi argumentado por Ceamanos Llorens, nesta distinção de uma produção *militante* para a disciplinar, não cabe o questionamento do por que a História Social, em seu formato consolidado a partir dos anos 1960 nas universidades francesas não teve espaço diante do

franquismo? Não seria por sua relação intrinsecamente política e engajada, de estabelecer uma narrativa a contrapelo da historiografia vigente?

Uma parte significativa dos exilados espanhóis foram responsáveis por consolidar o anarquismo como principal tema, seja de narrativa histórica ou mesmo em sua elaboração teórica e metodológica (CEAMANOS LLORENS, 2008, p. 154). Essa predileção influenciou diretamente a nascente escrita da História Social francesa. Cabe dois exemplos, o primeiro de duas figuras *militantes* e o segundo de um historiador *profissional*. Gaston Leval e Renée Lamberet, anarquistas de formação, utilizaram a escrita histórica como instrumento de luta política contra o franquismo. Ambos estiveram diretamente relacionados com a CNT e demais organizações de linha anarquista durante a Guerra Civil Espanhola. A historiadora francesa, ao lado de Carlos Rama, foi uma das primeiras a escrever sobre a Espanha a partir da História Social, muito relacionada figura do historiador anarquista Max Nettlau e de ampla atuação tanto em revistas acadêmicas como dos meios ácratas, ela conciliou as atividades de ação direta nos mais variados grupos, com sua atuação historiográfica ao lado de historiadores disciplinares e não-disciplinares:

Entre los primeros autores que escribieron sobre España en *Le Mouvement Social* estuvo Renée Lamberet, que representó la figura de la historiadora-militante, la historiadora comprometida. Viajó en numerosas ocasiones a España durante la guerra civil y estableció estrechos vínculos con los anarquistas españoles. Terminada la guerra, mantuvo estas relaciones con la CNT y ayudó a los refugiados españoles. En 1953 fue nombrada secretaria de la AIT. Lamberet centró su trabajo en el estudio del movimiento obrero español, e incluso inició un proyecto de diccionario biográfico de militantes del movimiento obrero español (CEAMANOS LLORENS, 2004, p. 221).

É importante ressaltar que a gênese da História Social produzida em França se encontra no período entre a Guerra Civil Espanhola e Segunda Guerra Mundial, em que para além da perseguição tradicional sofrida pelos movimentos sociais, desde sua elaboração moderna no século XIX, a ascensão do fascismo e suas variadas faces acentuou esta acossa. Logo, a preservação e defesa dos arquivos de sindicatos, militantes e demais organizações ligadas à esquerda, se fazia fundamental para que não fosse engolido pela violência do *fascio* e a destruição proporcionada pelo período bélico.

Gérard Brey (2012, p. 2) destaca que Renée Lamberet,

[...] en sus estancias en la España ‘republicana’, trajo numerosos documentos o apuntes, que hoy se conservan en el IFHS; y de lo que había visto en las colectividades o las colonias, dio testimonio en unos artículos en la prensa de la época y en otros inéditos (BREY, 2012, p. 2).

Lamberet, assim como Leval e outros militantes das mais variadas correntes da esquerda, com destaque aqui para o anarquismo, os quais estiveram na Espanha entre 1936 e 1939, foram responsáveis por salvar e organizar os arquivos que posteriormente serviram como base para constituição do campo em sua forma acadêmica. Por mais que a relativa estabilidade política e a institucionalização de centros de pesquisa como o Instituto Francês de História Social e o Instituto de História Social de Amsterdã, a partir dos anos 1950, possam ter assegurado a preservação e acesso mais facilitado às fontes, figuras como Lamberet continuaram acumulando documentos. Brey afirma que:

Entre 1936 y su muerte a principios de 1980, R. Lamberet acumuló en sus dos casas de las afueras de la capital gala, lo que constituye – escribía en 1984 A. Dobœuf – “el fondo archivístico más importante sobre el movimiento social español presente hoy en Francia” (BREY, 2012, p. 7).

O que de maneira mais específica, significa dizer que:

Aproximadamente dos mil son los folletos y libros procedentes de la biblioteca de Renée Lamberet; publicados casi todos entre 1900 y 1980, versan esencialmente sobre la historia del anarquismo español o se deben a la pluma de militantes vinculados al movimiento revolucionario libertario. Han sido catalogados en Institut Français d’Histoire Sociale, *L’Anarchisme. Catalogue de Livres et Brochures des xix^e et xx^e siècles* (BREY, 2012, p. 7).

Esse caráter de guardiões do patrimônio material dos movimentos sociais, normalmente é destacada como a principal contribuição destes historiadores e historiadoras *militantes* ou *não disciplinares*, inviabilizando a sua contribuição intelectual e epistêmica para a edificação do campo da História Social, como foi debatido anteriormente. Lamberet é um exemplo como essa essa ocultação, para além das cores da disciplinaridade e da relação com uma ideia de militância política *stricto sensu*, também passa por uma questão de gênero. A historiadora Maria da Glória de Oliveira, com base na hipótese da também historiadora Hilda Smith, chama a atenção para

[...] as variadas formas de exclusão que explicariam o silenciamento acerca das contribuições específicas das mulheres, derivadas de um modelo de história intelectual com foco predominante no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina e de instituições acadêmicas que, tradicionalmente, vetaram a participação feminina em seus quadros. A partir desta constatação, talvez não seja exagerado falar em uma condição historicamente marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual (OLIVEIRA, 2018, p. 108).

Para exemplificar, Gérard Brey, assim como Porrini, Ceamanos Llorens e Gabriel utilizam do conceito de *historiador militante*, o que de certa maneira cria um desnivelamento de legitimidade e mesmo potência para sequer figurar na *Memória Disciplinar*. Não que a ideia de militância seja negativa em si, mas ao estabelecer essa dicotomia os conceitos entram em uma cadeia de sobreposição. A ideia de *militante* fica associada a um perfil panfletário e pouco afeito aos pressupostos de uma racionalidade, principalmente quando se leva em consideração a produção historiográfica. A ponto de, ainda no caso de René Lambert, não se considerar que ela possuía formação acadêmica. Como expõe o próprio Brey:

Renée Lamberet había estudiado en la Escuela Normal Superior de Mujeres de Sèvres (alrededores de París) y ocupó una cátedra de Instituto a partir de 1928, impartiendo clases de Historia y Geografía sucesivamente en Valenciennes, Amiens y finalmente París, redactando varios trabajos de carácter histórico (BREY, 2012, p. 5).

Por mais que não tenha produzido uma obra extensa, é importante destacar aqui seus textos publicados em revistas, a editoração que fez de obras como *La Première Internationale en Espagne (1868-1888)* de Max Nettlau, lançado em 1969, na qual traduziu, revisou, escreveu notas, apêndices, quadros e mapas. E claro seu principal trabalho, *Mouvements ouvriers et socialistes. Chronologie et bibliographie. L'Espagne (1750-1936)*, publicado em 1953, o qual fez parte do projeto do IFHS de elaborar uma pesquisa acerca da História do Movimento Operário em diferentes partes do mundo.

2.4 CARLOS MANUEL RAMA E A HISTÓRIA SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS PARA GÊNESE DE UMA HISTÓRIA ESCRITA DESDE BAIXO NA AMÉRICA LATINA

Como analisado anteriormente, pode-se observar que a figura de Rama não ocupa um lugar de destaque nas análises de História da Historiografia uruguaia, tendo citações periféricas quando elas acontecem. Ao mesmo tempo que os campos, características e debates mobilizados pelas historiadoras e historiadores tocam diretamente aquilo que ele produziu e atuou durante toda sua vida. Considerando o lugar social do historiador, assim como sua trajetória e produção será analisada neste capítulo os seguintes tópicos, os quais têm como objetivo recolocar a obra de Rama à lume: **O que é História para Carlos Manuel Rama?**

Para compreender Carlos Manuel Rama e colocá-lo em debate com a historiografia uruguaia contemporânea a sua obra, creio que seja necessário primeiramente analisar a sua concepção de História e aquilo que ele entendia como essencial para o labor historiográfico.

Retomando o fato de que ele foi um fruto direto do processo de profissionalização da formação e pesquisa em História no Uruguai, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Para analisar os principais aspectos de sua aceção de História, recortado dentre a variada obra do autor, as definições e debates de um trabalho específico do início de sua trajetória exerce um bom papel introdutório.

Introducción a los Estudios Históricos: Teoría y metodología de la Historia, foi publicado inicialmente em 1951, ano em que Rama assumiu a cátedra de Introdução aos Estudos Históricos, da Faculdade de Humanidades e Ciências da UdelaR. A obra foi reeditada mais de uma vez, recebendo acréscimos pontuais de acordo como os debates foram emergindo na historiografia e em outras disciplinas, como sociologia, filosofia, literatura, antropologia e psicologia social. Em língua espanhola os livros foram editados e reeditados em 1951, 1958 e 1968, publicados na Argentina pela *Editorial Nova*, no Uruguai pela editora *Medina* e na Espanha pela *Tecnos*. A última edição recebeu em 1980 uma tradução para o português, sendo publicada em Portugal pela *Livraria Almedina*, a qual fazemos uso neste trabalho, cotejando a segunda edição, de 1958, e a terceira, de 1968.

Por mais que a edição em português tenha saído apenas em 1980, e possua pontuais acréscimos como colocado anteriormente, a base do livro continua a mesma da primeira edição de 1958. Sendo a obra um manual para o historiador ou historiadora realizar sua pesquisa de acordo com os ditames teóricos e metodológicos da disciplina, respeitando uma lógica científica e tomando conhecimento do que havia de atual acerca das discussões e polêmicas. De acordo com o próprio Rama (1980, p. 7), trabalho de caráter praticamente inédito à época da publicação das edições de seus livros em língua espanhola, uma vez que ele identificou apenas dois trabalhos com objetivos e originalidade similares à sua pesquisa, escritos por espanhóis ou latinoamericanos. No caso, os livros *Teoría del Saber historia*, de José Antônio Maravall (1958), e *Introducción al estudio del conocimiento histórico*, de Enrique de Gandía (1948).

A *Introducción* de Carlos Rama pode ser considerada uma versão latinoamericana dos manuais “escolares” produzidos por historiadores alemães, como Ernest Bernheim e Wilhelm Bauer. Essa afirmação não é baseada em similaridades, mas na marca importante do trabalho de tais historiadores nessa obra de Rama, e conseqüentemente em seu entendimento de História. Algo que vai desde o formato de manual didático em que cada capítulo traz um debate, conceito, definição, polêmica, método, algo que foi preconizado pela dupla alemã em seus respectivos livros *Geschichtsforschung und Geschichtsphilosophie* (1880) e *Einführung*

in das Studium der Geschichte (1921), até as suas citações diretas em vários momentos do texto.

Rama utilizou em sua introdução a Teoria da História, como uma das referências, as primeiras edições espanholas das relativas obras, que na língua vernácula do uruguaio foram traduzidas com o mesmo título *Introducción al estudio de la historia*, sendo a edição de Bernheim, de 1937, e a de Bauer, de 1944. João Ernani Furtado Filho (2013, p. 1) argumenta que a tradução para o espanhol de Bernheim foi feita a partir da terceira edição alemã de 1936; Bauer teve seu livro traduzido a partir da segunda edição alemã de 1927, acrescida ainda de referências para o caso espanhol feitas pelo seu tradutor Luis Garcia de Valdeavellano (FURTADO FILHO, 2013, p. 5), o que para ele seria um indício de ampla circulação e influência das obras. Tal hipótese caberia ser averiguada a partir de outros métodos, o que não é o objetivo deste trabalho. A questão é que Bernheim, assim como Bauer, são essenciais para o entendimento da História de Carlos Rama, pois foi a partir de sua formação inicial na UdelaR que esses trabalhos chegaram até o seu conhecimento e, seguindo o modelo praticado pela dupla alemã, Carlos Rama organizou sua introdução à História e a Historiografia para o público *hispanohablante*. E conseqüentemente elaborou e problematizou suas concepções e entendimentos para o campo historiográfico a partir do debate com as referências do campo.

Antes de entrar no debate sobre o que caracterizaria esses manuais didáticos cabe uma digressão sobre o processo de profissionalização do Ensino de História na UdelaR e na formação de historiadores e historiadoras no Uruguai. O ano de 1947 é chave, pois é nele em que há a fundação do *Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Humanidades*, o qual é presidido pelo historiador argentino Emilio Ravignani. Naquele período, em função da perseguição que sofriam durante o primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina, alguns importantes da historiografia latinoamericana desembarcaram em portos uruguaio, como o citado Ravignani e José Luis Romero. Segundo Zubillaga (2002, p. 181) José Luis Romero foi convidado pelo Ministério de Instrução Pública para ditar conferências em Montevideu, e a partir de tal oportunidade estudantes da *Facultad de Humanidades y Ciencias*, solicitaram à reitoria da UdelaR que se convidasse o professor argentino para ditar cursos na instituição. Algo que foi prontamente aceito pela instituição, promovendo a conferência “El pensamiento histórico desde el siglo XIX a nuestros días” e posteriormente lhe incorporando ao corpo docente e lhe incumbindo de ditar os cursos de “Introdução à História” e “Filosofia da História”.

Dentre os alunos que solicitaram em 1948 o convite a Romero, estavam José Pedro Díaz, Mercedes Ramírez, Ida Vitale, Amanda Berenguer, Judith Dellepiane, Amelia Meléndez e Carlos Manuel Rama. Ou seja, Rama foi então um dos alunos responsáveis por engajar a contratação do professor que implementaria novas formas de se analisar a História, dentre as quais:

La propuesta docente de Romero en relación a la asignatura Introducción a los estudios históricos se apartó, notoriamente, de las usuales en cursos homónimos, preferentemente vaciadas en el molde del manual de Langlois y Seignobos, y *aderezadas por algunos toques de las enseñanzas de Bernheim* [Grifo meu]. Por ello señaló en su informe-evaluación: “He considerado que no es posible iniciar directamente al alumno en los diversos aspectos del conocimiento histórico sin precisar algunas nociones acerca de la realidad que constituye el tema de ese conocimiento. Con ese punto de vista, he comenzado con una primera parte dedicada a explicar los caracteres de la vida histórica [...]. He procurado que las proposiciones formuladas fueran sencillas y precisas, sin deslizarme demasiado hacia terrenos poco explorados o insuficientemente estudiados todavía, pues la preparación sociológica y filosófica de los alumnos me ha parecido no permitir un estudio a fondo de esos temas (ZUBILLAGA, 2002, p. 183).

Romero foi o responsável por ministrar o curso que não apenas utilizou do manual de Bernheim, mas que buscou dar as bases para um alunado incipiente nos debates historiográficos de seu tempo, abrangendo um amplo panorama em seu plano de ensino⁹. Os objetivos do historiador argentino ao ministrar essa disciplina era eliminar os inumeráveis preconceitos e lugares comuns estavam naturalizados pelos discentes sobre a vida histórica, o que constituiria um “entorpeciente fundamental para la recta interpretación histórica” (ROMERO apud Zubillaga, 2002, p. 183), e conseqüentemente um empecilho para formação de um historiador ou historiadora.

Retomando aos manuais, a atuação de José Luis Romero no processo de profissionalização da pesquisa histórica no Uruguai é fundamental para a análise sobre a História de Carlos Rama. Romero foi seu professor na cátedra que ele ministrou a partir de 1951, lhe introduziu nos debates do campo da Teoria da História e deixou uma marca forte o suficiente, que se reflete na construção de seu manual. Como poderia se esperar, ao decorrer da vida e já na segunda edição da introdução a Teoria da História de Rama, o historiador uruguaio havia assumido questões que lhe diferenciavam da abordagem de Romero.

⁹ Reproduzo aqui o Programa do curso de Introducción a los estudios históricos, ministrado em 1949 pelo professor José Luis Romero citado por Zubillaga, 2002, p.182: I. Nociones preliminares sobre la realidad histórica: a) los elementos de la vida histórica; b) la naturaleza de la vida histórica; c) la vida histórica como cultura. II. Nociones preliminares sobre la conceptualización histórica. Posibilidades, caracteres y límites del conocimiento de la realidad histórica. III. El método de la investigación histórica. IV. La comprensión histórica. V. La ciencia histórica. El tema estricto y los principales problemas de la ciencia histórica, las doctrinas y tendencias fundamentales. VI. El historiador. La actitud histórica. VII. La formación histórica.

Provavelmente muito mais pela trajetória seguida por Rama, ao realizar seu doutoramento na França e seu contato com o que viria a ser nomeado como História Social, a *História Obrera* e dos movimentos sociais:

Também dizia Carr que “não invejaria o historiador capaz de afirmar honestamente ter passado cinquenta anos sem modificar radicalmente a sua visão de alguns pontos”, e a verdade é que Carr só exagera quanto ao prazo. O mundo anda muito depressa e em muito menos anos um criador intelectual deve ajustar as suas ideias (RAMA, 1980, p. 8).

Antes de abordar essa virada de Rama, é importante fazer um breve debate envolvendo os trabalhos desses historiadores alemães introduzidos por Romero, pois existem convergências importantes na empresa do historiador uruguaio, e divergências que são frutos do que ele mesmo propõe com o manual didático e seu movimento de atualização do debate historiográfico. Cabe citar as asserções elaboradas por Furtado Filho, pois a partir delas se pode ter uma noção do que seriam esses manuais, quais seus conteúdos, objetivos e público alvo:

A configuração de “manuais” destinados aos estudantes ou interessados em conhecer os procedimentos da investigação histórica fez-se muito pela listagem de repertórios bibliográficos. As lições sugerem longos caminhos e a necessidade de trilhá-los com os próprios esforços. Alguns debates, algumas temáticas e questões podiam, portanto, ser simplesmente referidos a partir de seus principais títulos. [...] A Einleitung se assume como manual. Busca servir como roteiro (FURTADO FILHO, 2013, p. 2).

Essa listagem ou roteiro, na obra de Carlos Rama aparece a partir de um conjunto de referências atualizadas de sua época, assim como um labor de História da historiografia acerca dos temas que tocam os processos de desenvolvimento e formação da Teoria da História. Para ilustrar, o livro é dividido em dezoito capítulos abordando na sequência os seguintes temas: Teoria da História (Os seus aspectos básicos e Teoria da História); A História no conhecimento (A Filosofia da História, o interesse pelo social e a situação atual); História e Literatura (origem da História e do Romance, *Novela* no original, a História como Arte, o romance histórico, a biografia); História e Ciência (a História como ciência, a situação atual do problema, ciência factual, o método científico na História); A História e a Sociologia (a Filosofia da História e a Sociologia, o imperialismo sociológico, da colaboração histórica e sociológica, História e Antropologia, o problema das duas disciplinas na Itália); O conceito de História; A realidade histórica; Fato histórico ou suceder histórico; a Historicidade; o Historicismo; Historicismo da Historiografia (ou História da Historiografia); As unidades de

atuação; O campo da História (A História Política, a História Cultural, os historiadores da cultura, definição de cultura, História Social, História econômica, História das Ideias, passagem da História Nacional para História Universal, da História narrativa para História sociológica); O problema da periodização; Configuração ou esquematização historiográfica; Utilidade da História; A atualidade da História; Correntes anti-históricas.

Dos temas elencados por Rama como essenciais para a formação inicial de um historiador ou historiadora ou mesmo para quem for leigo e queira entender como se produz História, existem afastamentos e aproximações de Bernheim e Bauer. Rama retomou várias discussões mobilizadas pelos autores, como por exemplo, aquelas referentes à existência de um “suceder” histórico ou da História enquanto produto de uma operação historiográfica. O historiador uruguaio colocou essas questões sob o lume de suas preferências teóricas e debates de seu lugar social, atualizando para os países de língua espanhola as bases do debate de Teoria da História e os variados campos que essa toca. Os afastamentos vão nas questões mais problemáticas como a ideia de “tipos históricos” e unidades de atuação, que corresponderia a singularização do fato histórico e possíveis questões biológicas para a determinação histórica dos povos — ao que Rama recusa, quando adota a leitura feita pelo historiador e anarquista Rudolf Rocker.

A questão é que o autor uruguaio se apropria do modelo seguido pelos dois alemães, produzindo um manual de introdução a Teoria da História de acordo com os debates de seu tempo e espaço. Compartilhando em boa parte o que eles entendiam como papel do historiador, o uso criterioso das fontes e os ditames responsáveis por validar determinado trabalho como pesquisa historiográfica, tentando evitar determinismos de uma leitura estritamente metódica, mas não deixando de seguir uma lógica científica:

De nada valerá possuímos uma copiosa massa de informações em qualquer ciência, incluindo obviamente a História, se não formos capazes de interpretá-la e explicá-la. Para isso, são imprescindíveis ideias gerais, mas também conceitos claros em matéria de lógica científica (RAMA, 1980, p.7).

Furtado Filho (2013, p. 4) aponta que Bernheim definia a História como a “ciência que se ocupa dos fatos dos homens como ser social”, aceção que foi marcada como reducionista por seus pares alemães, mas que no fundo buscava uma ideia de “indivíduo em comunidade”, relacionando o coletivo com o singular. Por mais que provavelmente o que Rama e Bernheim entendiam enquanto “social” fosse diferente, a concepção que o primeiro tinha sobre a forma

que deveria se abordar e definir a História, tinha no “social” e na relação mútua do coletivo com o singular sua base:

“Não pode compreender-se ou apreciar-se a obra de um historiador sem captar a perspectiva com que a aborda”, e noutra lugar amplia o seu ponto de vista acrescentando: “antes de estudar o historiador, estuda-se seu ambiente histórico e social” (RAMA, 1980, p.7).

Aqui Rama se utiliza de uma citação do historiador inglês E. H. Carr, o qual, como citado acima, ele retoma na sequência da apresentação de seu manual, utilizando de sua afirmação que não é possível que um historiador ou historiadora passe muito tempo sem revisar seu trabalho de maneira radical em alguns pontos. Na citação Carr fala de 50 anos, já Rama entende que esse tempo é menor, e este é um elemento que deve-se destacar pois há aqui uma ligação com a importância dada para o tempo presente na produção historiográfica.

Em suma, para o historiador uruguaio, a prática historiográfica – em outras palavras, as bases para a construção da narrativa histórica – se encontra no presente em função de fatores históricos e sociais que transpassam a figura do historiador e de seu campo disciplinar. Tendo na dinâmica de um tempo acelerado, já nos anos 1960, uma característica para a constante atualização de acordo com que é demandando da História por distintos atores sociais.

Ao fazer esses apontamentos na apresentação da primeira edição publicada na Espanha em 1968, a qual foi a segunda edição em língua espanhola, Rama deixa explícito para seus leitores a importância de quem escreve a História, assim como seus métodos e motivações. Marcar a influência do historiador e da metodologia científica é algo que Rama não modifica em seu trabalho desde a versão inicial publicada nos anos 1950, uma vez que seu manual para além de exercer o papel de livro didático durante o período em que esteve na cátedra de Introdução aos Estudos Históricos, da Faculdade de Humanidades e Ciências da UdelaR, também foi destinado ao grande público.

Rama, assim como Romero, tinha uma preocupação muito grande com a forma vaga e pitoresca que muitas pessoas possuíam da História, principalmente aqueles que haviam ingressado a pouco no ensino superior:

Quase sempre admiram mais a exposição retórica do que a ciência dos seus professores do ensino secundário e, com um *a priori* próprio do entusiasmo, julgam ter feito a escolha do ‘seu domínio’, embora desconheçam os seus limites e possibilidades. (RAMA, 1980, p. 12)

Essa maneira exótica e rasa de ver a História estaria ligada de alguma forma por uma maior demanda pelo passado e pela história, algo que levou o historiador uruguaio afirmar que o interesse pela História havia saído das Universidades indo de encontro de um grande público culto, os quais fariam da História seu *violino de Ingress*. Rama utiliza a expressão francesa *violon d'Ingres*, que detona atividades praticadas como passatempo ou em momentos de ócio. O historiador questiona se o século XIX é denominado como século da História o que se falaria de seu tempo (anos 1950/1960) em que “tratados de História se acham entre os best-sellers do grande público, ao lado de romances dos livros de viagens” (RAMA, 1980, p. 11).

Essa maior demanda de História como leitura ou pesquisa lúdica estaria ainda acompanhada de um crescimento das referências à História em variados campos disciplinares, em um momento que a própria disciplina estava passando por renovação em seus conceitos e labor. Poi bem, se a História enquanto disciplina, enquanto sinônimo de narrativa acerca do passado caberia conceituar seus pormenores, a fim de que leitores da área e de um público mais amplo tivesse um arcabouço teórico e metodológico amplo, diverso e atualizado para interpretar e produzir História.

O primeiro ponto para Rama era separar a História de lugares comuns que acabavam funcionando quase sinônimo, como a narrativa sobre grandes homens, fatos e personalidades e colocar a teoria da História como área máxima de regência para o entendimento histórico. A Teoria da História para o historiador uruguaio funciona como propedêutica, sendo indispensável para os estudos introdutórios e edificantes da disciplina.

Uma das formas de estudar a fundo a História é a análise da sua problemática, o desenvolvimento da sua teórica. Mais ainda: sem o domínio da teoria da História não é possível atualmente fazer história aplicada. Aquele critério dos antigos práticos, segundo o qual “eis os fatos, basta que observemos, juntemos e ordenemos para que dêem origem a generalizações convenientes e fundamentadas”, não só é antiquado como se torna também perigoso. Pelo contrário, pensamos como Dewey que “a formação de juízos históricos está muito mais atrasada do que a dos juízos físicos não só por causa da sua maior complexidade e da escassez de dados, mas também porque os historiadores não desenvolveram ainda o hábito de exporem para si próprios e para o público as estruturas conceptuais sistemáticas de que se servem para organizarem os seus dados” (RAMA, 1980, p. 12).

Ao realizar a demarcação de que é impossível se escrever História sem estar amparado na teoria, Rama busca afastar o diletantismo e segue pelo caminho que marcou o processo de profissionalização do labor historiográfico em território oriental. Essa preocupação com o corpus epistemológico e a práxis do Historiador está ligada à importância dada para a História pelo historiador uruguaio. Em seu manual, Rama deixa claro que acredita que a disciplina

histórica tenha influência e seja fundamental para praticamente todos os campos do saber, uma vez que uma das suas razões de existir é a resolução de questões postas desde o presente. “O que é evidente é que a História se encontra hoje num momento definitivo da sua existência e o seu futuro será grande enquanto souber responder às interrogações dos nossos dias” (RAMA, 1980, p. 139).

A História como uma eterna filha de seu tempo presente deve responder às questões que lhe são postas, mas para além disso, deveria ter uma maior clareza no momento de realizar a interlocução do que é produzido dentro da Universidade com quem está fora. Ao citar Dewey e colocar a História em comparação com a Física, de certa forma o historiador está pondo em suspenso a finalidade que a disciplina deve ter, segundo sua própria interpretação. Pois se a disciplina histórica não estava realizando de maneira satisfatória a interlocução de seus juízos entre seus próprios pares e o público mais amplo, como poderia responder às demandas de seu tempo? Pensando na trajetória de Carlos Rama como professor e historiador, essa questão pode ser respondida como o engajamento que ele teve durante toda sua vida. Na participação de congressos, publicação de textos acadêmicos nas mais variadas línguas, publicação de livros, a sua prática docente no Uruguai, Chile, Porto Rico e Espanha ao mesmo tempo que esteve ligado a uma orgânica militância política, produziu obras que não eram destinadas estritamente ao público acadêmico, como sua *Historia Social del Pueblo Uruguayo*.

Para Carlos Rama a História não era apenas o que compreendia a tradicional História Política, mas sim a união de um conjunto de campos como a História Cultural, História Econômica, História das Ideias e História Social. Considerando ainda, junto a essa amálgama, uma ruptura entre uma noção narrativa e estritamente nacional do objeto histórico, para uma mirada universal amparada pelos campos citados anteriormente, em uma relação interdisciplinar principalmente com as disciplinas das Ciências Humanas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CAMINHOS EM ABERTO

Nesse estudo hermético de refletir como o olhar sobre o passado cria a Memória Disciplinar, poderíamos colocar em suspenso as noções de memória e disciplina. Por mais que à História da Historiografia questione os lugares institucionais ou informais de onde se emana o discurso historiográfico, ao efetuarmos a exegese do corpo teórico mobilizado pelos autores do campo vemos que o trato é feito de uma forma universalizante e circunscrita a espacialidades delimitadas pelas fronteiras do Estado-Nação. Universalizantes por estarem operando ainda dentro do paradigma moderno das luzes, que estabelece um singular coletivo universal, mas que cria um *Outro* fora do discurso histórico. Dentro do paradigma do Estado-Nação em decorrência dos recortes feitos normalmente pela disciplina.

Essa Memória Disciplinar elege quem deve estar dentro e quem deve estar fora da História da Historiografia. A opção por se estudar a História da Historiografia brasileira, ou à História da Historiografia uruguaia, acaba evidenciando uma relação de saber-poder, que delinea assimetricamente as relações perante determinados grupos de historiadores e historiadoras, ou ainda de obras que não se enquadram dentro do cânone nacional.

Autores e autoras que se encontram fora deste quadro, por mais que elementos ativos dentro da produção historiográfica daquele determinado país, podem ser colocados de lado, assim como o fluxo de referências, cânones e escolas adotadas que não entrem no enquadramento desejado, o que pode representar uma determinada “insuficiência dos recortes nacionais para as narrativas sobre as quais se debruçam” (LOWANDE, 2018, p. 223). Logo as temporalidades, topografias, instituições, grupos intelectuais e grupos políticos não são neutros, nem externos a análise, podendo passar por esse crivo delimitam-te do Estado-Nação.

Uma alternativa para lidar com esses elementos conceituais, que possuem sua fixidez numa perspectiva do nacionalismo epistemológico, encontra-se nos aportes e ferramentas fornecidas pela História Transnacional. Primeiramente por essa identificar-se “com uma longa trajetória de estudos preocupados com os pontos de vista subalternos” (LOWANDE, 2018, p.225). Tal característica estabelece uma relação menos vertical na análise de suas pesquisas, assim como o trato de seus objetos de estudo, e dos próprios historiadores e historiadoras que enunciam tal prática, abrindo caminho para presença de personagens que foram colocados por baixo dos lençóis da metanarrativa moderna.

Há claro algo de paradoxal no fato de que, por um lado, ‘transnacional’ foi usado para apreender a ‘globalização a partir de baixo’, rimando com diásporas em páginas que celebraram o potencial guardado pelas novas identidades e comunidades

transnacionais para se opor à lógica hegemônica tanto do capital quanto dos Estados-nações, enquanto que, por outro lado, ela apontou para a ‘globalização a partir de cima’, onde corporações capitalistas e as elites ditavam o ritmo. Mas isso é o que aparentemente conferiu aos termos [‘transnacional’, ‘transnacionalidade’ e ‘transnacionalismo’] o seu vasto apelo (SAUNIER apud LOWANDE, 2018, p. 224).

É importante destacar que à História Transnacional ela não nega a importância do Estado-nação, mas lhe coloca em meio aos fluxos provenientes de fronteiras que não são fixas, e que inclusive se ampliam em casos de ação dos próprios Estados, como guerras, perseguições políticas e situação de crise que levam ao refúgio e imigração. No caso a “história transnacional pretenda superar a abordagem das histórias nacionais, a nação enquanto ‘problema’ continua sendo um de seus principais aspectos” (LOWANDE, 2018, p. 228). Ao mesmo tempo que não está tentando reinventar o projeto da História Universal, inclusive se diferenciando de outros projetos como a *Global History* e a *Big History*.

Segundo Akira Iriye, “a história transnacional pode também ser diferenciada da história global naquilo em que ela lida com forças e temas que não necessariamente devem ser globais, mas ainda assim cruzam diferentes nações, como comunidades regionais, migrações inter-regionais, doenças e problemas ambientais” (IRIYE apud LOWANDE, 2018, p. 228).

Considera-se assim que a “abordagem transnacional objetiva, dentre outras coisas, oferecer uma opção narrativa que dê conta de movimentos e espaços não percebidos pelos instrumentos heurísticos da tradicional história nacional” (LOWANDE, 2018, p.232). Logo, servindo também para refinar o estudo hermenêutico sobre a produção historiográfica em casos que passam pelo problema do Estado-Nação, não se tornando agente de exclusão de elementos e atores para sua análise. Analisar elementos da História da Historiografia uruguaia, evidencia a presença desses elementos que são enclausurados em fronteiras, assim como se abre caminhos para uma reflexão que estenda o olhar para além da Banda Oriental.

Entre esses fluxos, a chegada no Uruguai de intelectuais provenientes da Espanha e Argentina, em função do peronismo e da Guerra Civil Espanhola, como o citado Emilio Ravignani, possuem uma característica *sui generis*, já que os “laços transnacionais podem dissolver algumas barreiras nacionais enquanto simultaneamente criam e fortalecem outras” (CLAVIN apud LOWANDE, 2018, p. 234). Emilio Ravignani ao lado do colega José Luis Romero foram responsáveis por criar o Instituto de Ciencias y Humanidades na Universidad de la Republica de Montevideo, estando diretamente ligados à cátedra de História. Ao mesmo tempo que os historiadores uruguaios da primeira metade do século XX, exportaram às concepções de civilização e barbárie para analisar a sociedade uruguaia.

Lançar essa perspectiva implica que “análise transnacional não é, a priori, nem micro e nem macroscópica, mas, mais corretamente, “multiscópica”. As próprias escalas se cruzam, portanto, no interior da perspectiva transnacional” (LOWANDE, 2018, p. 237), o que “possibilita à história libertar-se das escalas de tempo nacionalmente determinadas que dominam a paisagem historiográfica” (LOWANDE, 2018, p. 235). A História da Historiografia não estará mais centrada assim em temporalidades e espaços direcionados desde de cima, ou enclausurados pela perspectiva Estado-Nacional, mas sim aberta para abranger narrativas mais amplas e que entendam a intersecção e interdependência dos fluxos.

Em vez de buscar por pais fundadores ou heróis nacionais, a perspectiva *multiscópica* transnacional permite encontrar pessoas ocupando posições específicas em redes relacionais, com um maior ou menor grau de centralidade, ora visíveis, ora silenciadas, em conflito ou em consenso com outras pessoas não necessariamente anuladas por sua presença brilhante em alguns momentos, ofuscada em outros (LOWANDE, 2018, p. 237). O campo para analisar a História da Historiografia uruguaia desde uma perspectiva transnacional ainda está em aberto e provavelmente renderá futuras discussões tendo em vista os debates que vem dando lastro para aberturas de novas perspectivas no estudo histórico.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)

Memorial de Madrid. <http://www.memoriademadrid.es/>

Portal Anáforas (UdelaR). <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/>

Portal CeDInCI. <http://cedinci.org/>

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio; RODRIGUES, Joana (org.). **Ángel Rama: um transculturador do futuro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 1, n. 12, p. 34-44, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. **Intelligere**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.

BARROS-LÉMEZ, Álvaro. **Bibliografía sumaria de Ángel Rama: 1926-1983**. Maryland: Universidad de Maryland, 1984.

BECK, Luis Casal. Los grandes olvidados: Carlos M. Rama, historiador, sociólogo. Republicano en el exilio. **La República**, Montevideú, 5 jul. 2015. Disponível em: <https://www.republica.com.uy/republicano-en-el-exilio/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BERNERI, Camillo. **Pensamento e batalha**. Porto Alegre: Deriva, 2015.

BREY, Gérard. El Fondo Renée Lamberet conservado en el Institut français d'histoire sociale de París. **Cahiers de civilisation espagnole contemporaine**, Angers, n. 1, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ccec.4004>. Acesso em: 12 jan 2023.

CARLOS Manuel Rama. **Wikipedia: la enciclopédia libre**. Florida: Wikimedia Foundation, 19 jun. 2019. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Carlos_Manuel_Rama. Acesso em: 03 dez. 2020.

CASTRO, Rogério de. **Instrução integral: uma ferramenta dos trabalhadores**. São Paulo, Faísca, 2010.

CEAMANOS LLORENS, Roberto. **De la historia del movimiento obrero a la historia social: L'actualité de l'histoire (1951-1960) y Le mouvement social (1960-2000)**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004a.

_____. La internacionalización de la historia obrera y social francesa. **Studia Historica**, Salamanca, v. 22, p. 301-341, 2004b.

_____. La historia obrera y social contemporánea en Francia a través del estudio de Le Mouvement Social (1960-2000). **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Bogotá, n. 33, p. 311-336, 2006.

_____. Los estudios en el extranjero como período formativo: La experiencia del historiador y sociólogo Carlos M. Rama en Francia y España. **Humanidades**, Montevideú, v. 7, n. 1, p. 125-140, 2007.

_____. De la ruptura a la convergencia. La historiografía social obrera española y francesa

(1939-1982). **Historia Social**, Valencia, n. 61, p. 147-168, 2008.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

CORRÊA, Felipe, **Liberdade ou morte: teoria e prática em Mikhail Bakunin**. São Paulo: Faisca, 2019.

CUNHA, Roseli Barros. **Transculturação narrativa: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama**. São Paulo: Humanitas, 2007.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. **A Escola Moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

FURTADO FILHO, João Ernani. Berheim e Bauer: manuais da “escola” alemã. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 7., 2013. **Anais [...]**. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. p. 1-9.

GABRIEL, Pere. A vueltas y revueltas con la Historia Social Obrera en España. *Historia Obrera, Historia Popular e Historia Contemporánea*. **Historia Social**, Valencia, n. 2, p. 43-53, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LA MUERTE de Carlos Rama. **El País**, Madrid, 06 mar. 1982b. Disponível em: https://elpais.com/diario/1982/03/07/opinion/384303608_850215.html. Acesso em: 06 dez. 2020.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018.

MARTÍNEZ DÍAZ, Nelson. La historiografía uruguaya contemporánea. **Quinto Centenario**, Madrid, v. 1, n. 5, p. 39-64, 1983.

MURIÓ el historiador y sociólogo uruguayo Carlos Rama. **El País**, Madrid, 24 fev. 1982. Disponível em: http://elpais.com/diario/1982/02/24/cultura/383353207_850215.html. Acesso em: 03 dez. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p.104-140 2018.

ONETTI, Juan Carlos. Defensor de miles de exilados. **El País**, Madrid, 23 fev. 1982a. Disponível em: https://elpais.com/diario/1982/02/24/cultura/383353201_850215.html. Acesso em: 06 dez. 2020

PALTI, Elías José. “**Giro lingüístico**” e **historia intelectual**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

_____. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 31, p. 297-305, 2007.

PORRINI, Rodolfo. **La nueva clase trabajadora uruguaya (1940-1950)**. Montevideo: Universidad de la República; Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2005.

RAMA, Carlos Manuel. **Teoría de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1959.

_____. **La crisis española del siglo XX**. Cidade do México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.

_____. **Il movimento operario latino-americano**. Firenze: La Nuova Italia, 1968a.

_____. **Teoría de la Historia**: introducción a los estudios históricos. 2. ed. Madrid: Tecnos, 1968b.

_____. **Historia de América Latina**. Barcelona: Editora Bruguera, 1978.

_____. **La historiografía como conciencia histórica**. Barcelona: Montesinos, 1981a.

_____. **Nacionalismo e historiografía en América Latina**. Madrid: Tecnos, 1981b.

_____. **Teoria da História**. 3. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

REAL DE AZÚA, Carlos. El Uruguay como reflexión (II). **Capítulo Oriental**: La historia de la literatura uruguaya, Montevideo, n. 37, p. 577-591, 1969.

RIBEIRO, Ana. **Historia e historiadores nacionales, 1940-1990: del ensayo sociológico a la historia de las mentalidades**. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 1991.

ROCCA, Pablo. **Revistas culturales del Río de la Plata**: campo literario: debates, documentos, índices (1942-1964). Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica; Universidad de la República, 2009.

SANSÓN CORBO, Tomás. Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 1, n. 6, p. 123-141, 2011.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. *In*: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 7-27.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 1, n. 13, p. 78-95, 2013.

RODRÍGUEZ VILLAMIL, Silvia. Nuestra historia y los jóvenes. *In*: Rama, Ángel (org.). **Enciclopedia Uruguaya**: El mensaje de los jóvenes. Montevideu: Editores Reunidos, 1969. p. 132-139. v. 57.

ZUBILLAGA, Carlos. **A prensa galega de inmigración en Uruguai**. Vigo: Consello de Cultura Galega, 1996.

_____. **Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX**: entre la profesión y la militancia. Montevideu: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2002.